

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

THEO LOUZADA LOBATO

MAIS QUE AMIGOS

A RELAÇÃO ESTRUTURAL ENTRE A MILÍCIA FLUMINENSE E O ESTADO

Rio de Janeiro

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

THEO LOUZADA LOBATO

MAIS QUE AMIGOS

A RELAÇÃO ESTRUTURAL ENTRE A MILÍCIA FLUMINENSE E O ESTADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado em Direito.

Orientadora: Mariana Trotta Dallalana Quintans

Rio de Janeiro

2022

RESUMO

O objetivo deste trabalho é buscar compreender como a relação entre as organizações milicianas do território Rio de Janeiro e o Estado se dá de forma necessária para a possibilidade de existência daquela e como compete diretamente aos interesses da classe dominante local. Para isso trabalhou-se com a teoria de Estado marxista, com referência nos próprios Marx e Engels, dando, também, destaque para o conceito gramsciano de Estado ampliado, que explica como se dá a relação dialética entre os dois pólos - o oficial e o criminoso. Buscou-se, com o objetivo de provar essa tese, também refletir sobre os motivos econômicos e sociais que levaram à gênese das milícias e chegar à compreensão de como as alterações que essas organizações foram sofrendo ao longo do tempo foram somente possíveis graças à atuação direta do poder público brasileiro.

ABSTRACT

The objective of this work is to seek to understand how the relationship between the militia in the territory of Rio de Janeiro and the State takes place in a way that makes possible the existence of the first and directly corresponds with the interests of the local ruling class. For this, we worked with the marxist theory of State, with reference to Marx and Engels themselves, but emphasizing the Gramscian concept of the extended State, which explains how the dialectical relationship between the two poles takes place - the official and the criminal. It was sought, with the objective of proving this thesis, also to reflect on the economic and social reasons that led to the genesis of the militias and to arrive at an understanding of how the changes that these organizations underwent over time were only possible thanks to the direct action of the Brazilian public power.

SUMÁRIO

1- Introdução.....	5
2- Uma história do desenvolvimento das relações políticas entre a milícia e o Estado no Rio de Janeiro.....	8
2.1. A formação das milícias no Estado do Rio de Janeiro.....	10
2.2. A expansão das milícias dos anos 2007-2019 e a relação com a política institucional.....	14
2.3. O fenômeno da extrema-direita no Brasil e suas pontes com a milícia.....	16
3- Estado no Marxismo - De Pachukanis à Gramsci.....	19
3.1. Marx, Engels e o Estado como instrumento da classe dominante.....	21
3.2. O papel do Estado sob uma perspectiva marxista - Pachukanis.....	23
3.3 Estado Ampliado - um conceito gramsciano.....	26
4- As Milícias e o Estado Ampliado.....	32
4.1. A estrutura produtiva oca e a barbárie social.....	34
4.2. O papel do comércio na gênese das milícias.....	36
4.3. Milícias, seu desenvolvimento econômico e expressão política.....	38
4.4. Consequências aos moradores nas regiões de milícia.....	44
4.5. As milícias dentro do poder público.....	49
5- Conclusão.....	51
6- Referências.....	56

1 - INTRODUÇÃO

Compreender o que são as milícias, como elas funcionam e o motivo para que tenham conseguido se expandir de forma tão exponencial nos últimos anos é também entender como vive e ao que é submetida mais de um terço da população e 60% do território do Rio de Janeiro¹. Ou seja, a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento dessas organizações tem uma relevância crescente para que seja possível um verdadeiro entendimento da atual realidade fluminense e das tendências que, dela surgindo, podem se nacionalizar no próximo período.

A eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República em 2018, tem trazido à tona em todo país o peso que as milícias têm tomado na sociedade e sobre a lógica por trás de seu funcionamento. A forma com que a conexão da família presidencial com esses grupos paramilitares² beneficiou o fenômeno político-eleitoral que permitiu a vitória da extrema-direita no Brasil demonstrou as possibilidades e os perigos que trazem - não só às regiões que ocupam mas a todo país - o crescimento de agrupamentos milicianos, tanto no sentido do número de áreas ocupadas, quanto em seu poder econômico e influência política.

Por isso, a relevância de uma compreensão mais sistemática do que são essas organizações e como elas funcionam é evidente. É preciso entender não só suas consequências - como os abusos que fazem aos moradores, as formas que afetam diretamente a política pública, entre outras tantas - mas também estudar as causas de sua existência e de sua expansão.

Para isso é preciso observar as milícias não só a partir da sua atividade criminosa, mas enquanto estrutura sócio-econômica de exercício de poder sobre parte do território fluminense. A sua existência nas comunidades não se dá somente a partir do uso ostensivo

¹ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. 2020. Disponível em <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-uso-da-forca-estatal-mercado-imobiliario-e-grupos-armados/> consulta em 09/02/2022

² MANSO, Bruno Paes. República das Milícias: Dos Esquadrões de Morte à Era Bolsonaro. São Paulo : Todavia, 2020. p. 28

da violência e da coerção - que é bastante presente - mas também a partir de uma constituição de um modelo de gestão sobre suas áreas que envolve também aspectos econômicos, políticos e sociais.

Porém, essa forma de governar milicianiana não se cria no vácuo. O exercício de poder que essas organizações têm sobre seus territórios não se dá de forma desconectada ou paralela ao próprio Estado. De sua gênese até seus desenvolvimentos mais recentes, a conexão que elas têm com o poder público se dá de forma permanente, constante e intrínseca à possibilidade de sua existência.

É uma relação que não se dá somente com governos específicos ou com acordos ou pactos casuais que podem existir - e em muitos casos existem - com determinados políticos corruptos. Há uma estrutura de funcionamento mais total que se conecta com as diferentes estruturas do Estado e a lógica de seu funcionamento. Não por acaso podemos ver que as relações da milícia constitui com ele se dá de forma multifacetada nas mais diferentes esferas. Desde a relação mais explícita com políticos eleitos - ou comprados - por essas organizações até os pactos feitos com subprefeituras ou a existência de membros da milícia que são também policiais militares - todos são exemplos de uma permanente troca complexa e desenvolvida em variados polos que seguem um sentido em comum de confusão entre a esfera estatal e o poder dessas organizações criminosas.

Nesse sentido, esse trabalho tentará compreender as milícias a partir do conceito gramsciano de Estado Ampliado. Ou seja, enquanto uma instituição social em que o Estado está aglutinada estruturalmente, funcionalmente e permanentemente para que seja possível que ele mesmo possa exercer a sua mais fundamental função dentro do sistema capitalista - a manutenção do livre desenvolvimento das relações de trocas e da estabilidade na acumulação do capital.

Com esse objetivo em mente, a construção desse trabalho será dividida em três momentos distintos. O primeiro capítulo buscará narrar de forma histórica como surgiram, como se expandiram e a qual influência chegaram hoje as milícias. Para isso também buscaremos estudar mais sobre as organizações que dão origem a sua formação, especialmente os Esquadrões da Morte que se popularizaram ainda no final do século passado em regiões como a Baixada Fluminense e a Zona Oeste. Posteriormente se buscará

analisar a história da fundação do atual modelo miliciano, muito a partir do exemplo de Rio das Pedras e como essas organizações alcançaram outro patamar de importância, tanto em extensão territorial quanto em influência política e econômica, ainda durante os governos estaduais de Sérgio Cabral e Pezão. Por fim, chegará às eleições de Jair Bolsonaro e as perspectivas que as milícias vêm desenvolvendo para o próximo período.

Em um segundo momento, o foco será na conceitualização, a partir da teoria marxista, do que é o Estado, sua razão de ser e seu funcionamento e como ele desenvolve relações com outras instituições sociais para conseguir, a partir de um Estado Ampliado ser capaz de exercer seu papel como mantenedor da estrutura econômica-social na qual vivemos. Para isso, a principal referência teórica partirá de dois autores: Evguiéni Pachukanis e Antonio Gramsci. A partir da teoria pachukaniana sobre Estado, compreenderemos a estrutura estatal como um todo complexo e contraditório, mas que possui um sentido comum e necessário para o sistema capitalista: o de ser o garantidor da estabilidade das relações de troca. Com Gramsci, ampliaremos esse conceito buscando entender as conexões permanentes que o Estado, para conseguir exercer seu papel, cria com instituições sociais que são fundamentais para essa manutenção do sistema - e, entre elas, na realidade fluminense, se encontra a própria milícia.

Por fim, no último capítulo, o objetivo será de analisar mais profundamente de que forma as conexões feitas entre o Estado e milícia de fato se provam enquanto uma relação intrínseca e necessária para ambas as partes, ou seja, como essas trocas permanentes constituem uma relação estrutural que faz com que as organizações milicianas possuam um papel de Estado Ampliado na realidade do Rio de Janeiro.

Essa parte terá como objetivo, então, compreender, como surge a necessidade de organizações como essas a partir da própria instabilidade social vivida no território fluminense e da incapacidade da burguesia e do Estado de terem controle sobre seu próprio território. Buscará, portanto, compreender como a constituição do Rio de Janeiro nas últimas décadas, baseada em uma estrutura produtiva oca³, junto a uma considerável segregação social e espacial e, conseqüentemente, um aumento da marginalização da população periférica e aumento dos índices de criminalidade e insegurança patrimonial, se tornaram

³ SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A evidência da estrutura produtiva oca: O Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2015

entraves para a acumulação do capital e como essa condição social fez com que as próprias organizações burguesas, como associações de comerciantes, tomassem um papel ativo na fundação e organização de agrupamentos proto-milicianos. Por último, será feita uma análise mais aprofundada sobre as novas funções que assumem a milícia em seu novo modelo organizativo e o papel gestor que ela constrói em suas comunidades - quase sempre a partir de combinados e construções em comum com esferas do poder público e de que forma esse domínio de milicianos sobre o território afeta os moradores.

A bibliografia referente às milícias ainda é, majoritariamente, muito recente, por isso será utilizado como referência, salvo algumas exceções, estudos do período de 2018-2021, como os elaborados pelo Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, além de uma bibliografia mais histórica das milícias - em especial os livros de Bruno Paes Manso e José Claudio Souza Alves -, além de reportagens sobre acontecimentos mais recentes ligadas a essas organizações. Na parte teórica sobre o Estado será utilizada uma base de autores marxistas, especialmente Pachukanis e Gramsci, mas também se expandindo para outros autores como Friedrich Engels, Alysson Mascaro e Karl Marx.

2 - UMA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE MILÍCIA E ESTADO NO RIO DE JANEIRO

As milícias não são o primeiro tipo de organização, por fora da esfera do Estado, de dominação social e política que utiliza como um dos seus principais meios a violência. A relação entre poder e território é uma das bases da história brasileira desde os tempos de colônia. Tampouco são pioneiras em ser uma construção que, mesmo não conectada formalmente com o poder público, tem, na relação com esse, um aspecto definidor da própria possibilidade de sua existência.

Portanto, seja nos métodos que os senhores de escravos utilizavam para exercer seu domínio, junto aos seus capitães do mato na época da escravidão, ou, seja mais recentemente, na existência de figuras como jagunços e coroneis, há um laço permanente de relação entre o poder econômico, a manutenção do sistema e a necessidade de braços paramilitares como forma de exercer poder. Estes, continuamente não são só permitidos, porém, geralmente justificados e diretamente conectados com o Estado - muitas vezes

inclusive com confusões entre seus papéis.

Nesse sentido, a contextualização das milícias no Brasil se dá na compreensão de um país no qual a dominação de classe e de território também é marcada pela necessidade de exercício direto da dominação coercitiva. Isso faz com que o surgimento de organizações como estas não sejam estranhas ou alheias a compreensão de um sistema político, social e econômico brasileiro e suas consequentes expressões.

Em um cenário urbano, é natural que existam particularidades desse desenvolvimento que reflitam as próprias contradições das grandes cidades brasileiras. A concentração de moradores, mas especialmente o desenvolvimento do comércio e do próprio capital nesses espaços em maior qualidade do que no terreno rural também ajuda a imprimir um outro caráter para as organizações paramilitares.

Esse processo já tem suas primeiras expressões antes do nascimento da milícia como conhecemos hoje. Outras formas de dominação na cidade já existiam, alguns exemplos clássicos - que não à toa fazem parte da gênese das atuais organizações milicianas - são os próprios bicheiros e os esquadrões da morte.⁴ De forma mais contraditória o tráfico de drogas também tem elementos que se conectam a esse debate - apesar de que em poucos lugares⁵ conseguiram chegar a um nível de coesão e relação com o Estado brasileiro na mesma qualidade que outros países, como o México.

Portanto, buscaremos aqui compreender a história das milícias em um contexto no qual o Brasil está inserido, ou seja, debater seu papel refletindo as formas de dominação do capitalismo e da burguesia brasileira, seja nas suas capacidades mas inclusive nas suas fragilidades e contradições.

Nosso recorte para esse trabalho será o próprio Rio de Janeiro, onde a existência de milícias é mais desenvolvida, mas não nos limitaremos e faremos reflexões mais gerais sobre o Estado e as relações com organizações paramilitares no geral. Porém, para termos um recorte apropriado ao estudo focaremos historicamente no período e espaço da gênese das milícias até o momento atual.

⁴ MANSO, Bruno Paes. República das Milícias: Dos Esquadrões de Morte à Era Bolsonaro. São Paulo : Todavia, 2020.

⁵ NETO, David Maciel de Mello. Esquadrão da Morte: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987). Rio de Janeiro, 2014.

2.1 - A formação das milícias no Estado do Rio de Janeiro

A) Os Esquadrões da Morte, o prelúdio das milícias

Os primeiros relatos de esquadrões da morte no Rio de Janeiro vêm dos anos 1950. Um período onde o processo de urbanização se acelerava e, portanto, as contradições do desenvolvimento das grandes cidades apresentava problemas ainda não vistos com a mesma qualidade. Entre elas, naturalmente, estava a própria criminalidade - o final dos anos de 1950 e começo dos 1960 marca também um período de preocupação de parte da classe média e da própria mídia com um aumento da violência. Tanto por fatores objetivos quanto por subjetivos, o encontro entre uma nova população urbana precarizada e as classes médias e altas das cidades geraram também um espaço para o início de um alarmismo e uma busca de métodos de como deter a criminalidade que parecia se desenvolver.⁶

A ideia de “gangster de pé descalços”, “ondas de assalto” e da compreensão do Rio de Janeiro como uma “cidade sitiada” vão tomando conta de parte do imaginário local. Nisso a própria mídia tem um papel fundamental - como exemplificado em reportagens feitas na época pelo jornal Última Hora: “Um bandido em cada esquina, uma quadrilha em cada bairro: o crime (de pésdescalços) vem do S.A.M (Serviço de Amparo ao Menor) e desce a morro para desafiar a Polícia! Dez gângsters sitiam a cidade!”⁷

Nesse sentido, se dá o desenvolvimento de um clima social onde possa se justificar, a partir da busca urgente por soluções, métodos de enfrentamento à criminalidade que surjam de forma a não depender somente da institucionalidade. É nesse momento, portanto, que existe o espaço para o surgimento de grupos de extermínio.

O primeiro exemplo nesse sentido, já se inicia a partir de dois elementos que veremos constantemente em nosso trabalho. Primeiramente, é uma construção que surge diretamente das próprias estruturas do Estado como base possível para sua existência e, em segundo lugar, tem como um dos principais articuladores e apoiadores as próprias

⁶ MANSO, op. cit., p. 69

⁷ NETO, op. cit., p. 59

organizações da burguesia e do comércio.

Em 1957, o general Amaury Krueel é indicado como Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública por Juscelino Kubitscheck. Vindo do Rio Grande do Sul, o militar tinha participado da segunda guerra mundial, apoiado a Revolução de 30 e há poucos anos, em 1954, sido um dos principais nomes no Manifesto de Coronéis contra o aumento de 100% do salário mínimo feito pelo Governo Vargas. Ao assumir o cargo, vivia uma situação de constante pressão sobre o aumento de roubos, especialmente a partir da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)⁸. Fez, então, uma convocação à imprensa se colocando o compromisso de acabar com a “onda de assaltos” que supostamente varria o Rio de Janeiro, e de que em 15 dias estaria orientando seus policiais a responder à bala qualquer tipo de resistência de criminosos.

Poucos dias após a entrevista fez uma transferência de sete policiais do Serviço de Diligências Especiais da Delegacia de Vigilância para seu próprio gabinete. Na prática, criou uma situação onde pôde ter uma equipe que não responderia a ninguém a não ser a ele mesmo. Isso permite a criação da TVRAMA: Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão-Armada, um primeiro teste de um grupo de repressão direta a criminosos sem a necessidade de se “prender” à legalidade. São os membros dessa equipe que iniciam o processo das criações dos esquadrões da morte.⁹

É nesse período que se iniciam as reportagens de jornais que divulgavam fotos de supostos “bandidos” ou “marginais” mortos. A imprensa começa a noticiar os responsáveis como “Esquadrões Suicidas” reforçando uma ideia de coragem no combate ao crime e raramente colocando uma visão negativa sobre a sua existência. Nos dias seguintes após as execuções, costumavam a ser publicadas nas portarias do chefe da polícia gratificações de Cr\$ 5 mil por serviços prestados a determinados policiais.¹⁰

Com a chegada da ditadura militar, a existência e expressão desses esquadrões se amplia em nova qualidade. Em 1964 é fundada a Escuderie LeCocq, que teoricamente era uma organização filantrópica para assistir as famílias dos policiais mortos, mas que também

⁸ Diário Oficial do Rio de Janeiro - Poder Legislativo - 23 de Novembro de 2016. p. 29

⁹ MANSO, op. cit. p. 117)

¹⁰ ALVES, José Claudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história na Baixada Fluminense. 2ª edição. Rio de Janeiro : Consequência, 2020 p. 177

servia como espaço de organização de policiais que buscavam revanche sob a morte de seus colegas. Conforme o fechamento do regime, também o número de organizações desse tipo foram expandindo em número, casualidades e território - só em 1974, por exemplo, foram 199 mortos por esquadrões da morte só na região da Baixada Fluminense.¹¹

Ou seja, nesse período se constituiria uma base do que se tornaria futuramente as organizações milicianas, já se apresentando características importantes para compreender os elementos que permitem o surgimento desses grupos. A relação (e muitas vezes confusão) com as estruturas repressivas do Estado, a conexão direta com o capital comercial foram elementos base para a constituição destes agrupamentos e também parte fundamental no desenvolvimento das milícias alguns anos depois.

B) Rio das Pedras e o Surgimento das Milícias

A reprodução dos esquadrões da morte foi permitindo um desenvolvimento mais complexo desses agrupamentos por todo Estado. A associação com comerciantes e empresários por meio da venda de segurança e a relação direta com a polícia fez com que houvesse espaço aberto e condições financeiras para que esse tipo de organização se expandisse. Em alguns locais, como na própria Baixada Fluminense, o termo "Polícia Mineira" começa a ser utilizado para designar esses agrupamentos.

O seu desenvolvimento, porém, também se encontrava em plena expansão na capital fluminense. Em Rio das Pedras, onde veremos o surgimento do modelo de organização milicianas como conhecemos hoje, a existência de matadores já era notória - listas, em estabelecimentos comerciais, com nomes de pessoas marcadas para morrer eram comuns e serviam como um exemplo do quão explícito já tinha se tornado o poder desse tipo de organização na comunidade.¹²

O desenvolvimento, porém, na região começou a ter novas características e particularidades. Os policiais começaram a ter controle da Associação de Moradores do bairro e passam tanto a organizar um modelo de governança no próprio local - cobrando inclusive taxa de segurança aos moradores - mas também passam a organizar seus próprios

¹¹ Idem, p. 186

¹² MANSO, op. cit. p. 64

negócios.

Se iniciavam empreendimentos feitos pelos próprios policiais, muitas vezes a partir de testas de ferro, como a organização do transporte alternativo e a venda de gás, que tinham o monopólio garantido por meio do exercício da violência.

Com o discurso de combate ao tráfico, essas organizações começavam a exercer um poder político local que definia os rumos da região. A relação e apoio direto do comércio local também dava estabilidade e possibilidade de avanço aos milicianos - é o caso de Nadinho de Rio das Pedras, um importante comerciante local que foi fundamental para o crescimento dessas primeiras organizações no bairro.¹³

É a partir desse desenvolvimento também que se constitui outro laço que viria ser marca fundamental para a existência dos milicianos - a relação direta com a política institucional. A criação de uma parceria com a prefeitura de Cesar Maia permitiu que Nadinho fosse indicado como administrador regional de Rio das Pedras¹⁴ e, com isso, se estabelecesse uma troca permanente de interesses: a garantia do exercício do domínio político e econômico da milícia no bairro em troca de votos e influência direta dos políticos sobre os moradores. Logo mais os milicianos teriam seus próprios candidatos - o próprio Nadinho foi eleito em 2004 com mais de 30 mil votos.¹⁵ A CPI das Milícias, feita em 2008 pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2008 teve papel fundamental em conseguir compreender, também a partir do caso de Rio das Pedras, como se dava essa relação entre os milicianos e os poderes executivo e legislativo.¹⁶

O modelo vai se expandindo por todo Estado. As estruturas já criadas pelas polícias mineiras facilitam que o desenvolvimento se dê de forma mais acelerada. Na Zona Oeste, na região de Campo Grande e Santa Cruz, surge a Liga da Justiça, também a partir de bases muito similares ao exemplo de Rio das Pedras: a organização do transporte alternativo, a relação direta com a polícia e com os políticos, a cobrança de taxas de segurança ao comércio local e o exercício do monopólio de venda de gás, do gatonet etc.¹⁷

¹³ RIO DE JANEIRO, Assembléia Legislativa do Estado - ALERJ. Comissão Parlamentar de Inquérito. Relatório Final CPI das Milícias, 2008 p. 52

¹⁴ MANSO, op. cit., p. 77

¹⁵ Ibidem, p. 78

¹⁶ ALERJ, p. 258

¹⁷ Ibidem, p. 81

Nesse sentido, há um desenvolvimento que vai dos esquadrões da morte às novas organizações milicianas e que é marcado por um salto de qualidade no exercício de poder político. A busca de estabilidade feita pelo comércio e pelas estruturas do capital, em conjunto com a relação de diferentes esferas do Estado são marcas que a milícia absorve das polícias mineiras, mas leva a outro patamar - numa disputa direta de dominação mais total da região. A ausência de um poder público efetivo nesses locais permite que as milícias não se tornem somente apoiadores do poder econômico local, que procuravam maior segurança, mas que de alguma forma elas substituam, ou completem, o papel coercitivo do Estado. Passa a existir uma lógica de domínio do território que se desenvolve não por fora das estruturas estatais mas também a partir delas - seja por meio da relação ou confusão com a polícia ou pela troca de favores ou participação direta junto ao poder institucional executivo e parlamentar.

Esse desenvolvimento enquanto uma estrutura diretamente conectada ao Estado se torna ainda mais visível nos anos que se seguem e seu desenvolvimento no período de 2007 à 2018, com os Governos de Sérgio Cabral e Pezão.

2.2 - A expansão das milícias dos anos 2007-2019 e a relação com a política institucional

O modelo de troca de relações de mútuo benefício entre organizações milicianas e políticos e governantes, inaugurado já com a relação que César Maia abriu com Nadinho e o grupo de Rio das Pedras, se complexificou e se expandiu nos anos seguintes. Figuras como Álvaro Lins, que foi chefe da Polícia Civil nos Governos de Garotinho e Rosinha e que ajudou na expansão do modelo miliciano - tendo sido também acusado de participar ativamente de lotear delegacias em troca de propinas - já demonstravam uma nova escala, bem mais generalizada, que essas relações chegariam.¹⁸

Nesse sentido, compreender o período de governo do PMDB, durante as gestões de Sérgio Cabral e Luiz Pezão, também permite que possamos colocar à luz o momento onde esse modelo deixa de ser ocasional de certas regiões do Rio de Janeiro, mas começa a se

¹⁸ Ibidem, 226

tornar dominante em boa parte do Estado.

Em seu discurso, Sérgio Cabral assume em seu primeiro mandato colocando, em discurso, como prioridade número um de seu governo a segurança pública.¹⁹ A política da suposta guerra às drogas e as invasões constantes às favelas dominadas pelo tráfico vão se tornando cotidiano durante seus anos de governo. Dois meses depois de assumir o governo do estado, Cabral organiza uma primeira operação no Alemão, principal complexo dominado pelo Comando Vermelho, a maior facção do Rio de Janeiro. Os seis mortos causados por essa primeira invasão inauguram uma das políticas de segurança pública mais letais da história brasileira.²⁰

Entre 2007 e 2018 são feitas mais de 10.000 operações em favelas pela polícia do Rio de Janeiro²¹. Nesse mesmo período foram 3860 mortos civis (entre os registrados oficialmente) e 176 policiais.²² A lógica da repressão às organizações criminosas pelo enfrentamento direto tem como consequências um número de casualidades próprias de uma verdadeira guerra. Com a fundação das UPPs, a lógica central permanece a mesma - um combate ao crime organizado que se dá basicamente pela política de repressão.

Mas ao mesmo tempo que o enfrentamento às facções toma o centro do debate político e institucional, se permite um crescimento silencioso das próprias milícias, foram consideravelmente menos combatidas que o tráfico de drogas. Segundo o relatório feito pelo Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da UFF e o Observatório das Metrópoles da UFRJ existe uma desproporção evidente nos locais onde as operações policiais eram feitas pelo Governo.²³

Territórios em disputa entre diferentes organizações compunham 45,5% das operações, seguidas pelas áreas comandadas pelo Comando Vermelho (CV) com 40,9% e pelas de comando do Terceiro Comando Puro (TCP), com 6,9%. As milícias só apareciam em seguida, com 6,5% das operações. Para grau de comparação, a região dominada pelas milícias no fim do Governo Pezão somava 58,6% da área em km² da cidade do Rio, além

¹⁹ *Ibidem*, 151

²⁰ *Ibidem*, 152

²¹ HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Operações Policiais no Rio de Janeiro: Sumário Executivo. Rio de Janeiro : 2020. p. 23.

²² *Ibidem*

²³ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro, 2020. p. 14

de 33,9% da população da capital. O Comando Vermelho, por outro lado, somente somava 11,6% em território e 18,7% em população.

Ou seja, havia um interesse nítido em priorizar as ações contra as facções de tráfico de drogas - especialmente o Comando Vermelho - e um certo respaldo estatal dado às milícias para o seu livre desenvolvimento. Isso, naturalmente, tinha motivo para ser. Ainda em 2007 o próprio Sérgio Cabral era filmado junto aos líderes da milícia da Liga da Justiça Gerônimo e Natalino Guimarães em uma inauguração de uma obra na Zona Oeste.²⁴

Não só os indícios do próprio Governador, mas o peso dos políticos com relação direta à milícia aumentava no Estado. Segundo o Disque Denúncia, até 2020 já eram 12 municípios diferentes que de alguma forma tiveram as eleições influenciadas por organizações criminosas, e em especial as milícias.²⁵

Essa relativa estabilidade e influência permitiam que o modelo se expandisse, chegando ao fim dos mandatos do PMDB a ¼ dos bairros de toda capital dominado por essas organizações.²⁶ O monopólio de certos serviços e produtos - como o transporte alternativo e o gás -, o fortalecimento da atividade imobiliária incentivada pelas milícias (que falaremos mais no capítulo 4) e a possibilidade de cobranças de taxas aos moradores criou uma situação na qual o modelo miliciano fosse muito lucrativo. A não existência de uma política de repressão do Estado e, em muitos casos, a confusão entre as estruturas policiais - modelo que vemos desde os esquadrões da morte - possibilitou que houvesse poucas barreiras que impedissem esse modelo de prosperar.

Ou seja, a relação direta com a política institucional permitiu acordos e trocas de benefícios entre milicianos e políticos que fez que num momento onde o debate de segurança pública e a política de guerra às drogas estavam em seu auge esse tipo de organização fosse se consolidando e tomando para si o domínio de boa parte do Estado do Rio. Algo que seria impossível sem as condições criadas pelo próprio Estado para que isso acontecesse.

²⁴ JUNQUEIRA, Alfredo. Vídeo do Youtube Mostra Sérgio Cabral Confraternizando com milícia em 2007. Estado de São Paulo, 27 de agosto de 2010.

²⁵ DO BRASIL, Cristina Índio. Milícia e tráfico influenciam eleições em 14 cidades do Rio. Agência Brasil. 26 de outubro de 2020.

²⁶ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. op. cit. p. 14

2.3 - O fenômeno da extrema-direita no Brasil e suas pontes com a milícia

A crise estrutural do capitalismo que desde 2008 vem se desenvolvendo pelo mundo fez com que internacionalmente as estruturas de governança do capitalismo entrassem em crise. Projetos de conciliação e social desenvolvimentismo tiveram dificuldade de se manter em um cenário onde a crise econômica impedia a possibilidade de modelos políticos que, mesmo que minimamente, conseguissem dar benefícios aos trabalhadores sem mexer nos privilégios dos poderosos.²⁷

Esse cenário de crise econômica, política e social, fez com que surgissem novos atores políticos internacionalmente que saiam da marginalidade para tomar o centro do debate público. Com uma dificuldade da renovação e apresentação de novas alternativas de esquerda que conseguissem dialogar com o sentimento de revolta de parte dessa classe trabalhadora que se precarizava, a extrema-direita voltou a tomar uma nova relevância no centro da disputa de diversos países- figuras como Donald Trump nos Estados Unidos e Rodrigo Duterte nas Filipinas foram alguns dos primeiros e principais exemplos.

No Brasil, o fenômeno do bolsonarismo é essa expressão a nível nacional. A impossibilidade do PT de manter uma política de conciliação e o início de uma política econômica com características neoliberais permitiu um distanciamento de sua própria base e abriu margem para que a resistência ao golpe parlamentar de 2016 fosse incapaz de manter Dilma Rousseff no poder.²⁸ A desesperança na política, que já vinha crescente nos governos do PT, aumenta com os anos de Temer e os duros ataques aos trabalhadores - como a própria Reforma Trabalhista e a PEC do Teto de Gastos.

Isso permitiu a eleição de Jair Bolsonaro que, captando o sentimento anti político e corrupção, saísse da marginalidade e chegasse ao Palácio do Planalto. Com muitos elementos similares ao resto da extrema-direita internacional - como a difusão de fakenews, o discurso machista, racista e LGBTfóbico etc - e também uma política econômica diretamente conectada com uma perspectiva neoliberal, o bolsonarismo também possuía uma característica própria de seu desenvolvimento.

²⁷ SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Crise e barbárie. Crítica Marxista. São Paulo : Ed. Unesp, n.29, 2009, p.41-47

²⁸ SAFATLE, Vladimir. Um golpe e nada mais. Folha de São Paulo. 25 de março de 2016.

A relação com os milicianos, desenvolvida por anos pela família Bolsonaro²⁹, se mostrou mais explícita conforme os anos de seu mandato. O assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018 foi um exemplo do nível que os crimes políticos cometidos pelos milicianos chegavam no país e, não atoa, em sua investigação, fortes indícios apontavam a relação das organizações que são suspeitas de terem matado a vereadora com a família Bolsonaro.³⁰

As variadas conexões com esses agrupamentos mostram que não existem só ligações casuais³¹. Flávio Bolsonaro já homenageou pelo menos 23 policiais condenados por diversos crimes na ALERJ e teve lotadas em seu gabinete a mãe e a esposa do miliciano Adriano Nóbrega.³² Ele, junto com seu pai, tem fotos publicadas ao lado de milicianos como Alan e Alex Rodrigues. Fabrício Queiroz, figura agora nacionalmente conhecida pelo papel que cumpria no esquema de rachadinha no Gabinete de Flávio, tem um histórico de vida que o conecta diretamente com a milícia.³³

Isso significa que mesmo que o bolsonarismo não tenha como fator principal de sua eleição as relações com as milícias, nunca antes essas organizações tiveram a oportunidade de uma conexão tão próxima com o poder. Isso possibilita que a expansão e a consolidação das milícias no país se torne ainda mais grave. Junto a isso, a nacionalização dessas organizações - já existentes agora em pelo menos 15 Estados³⁴- cria cenários preocupantes para a reflexão sobre o futuro dessas organizações no país.

Bolsonaro e seu grupo político, com as homenagens e relações que fizeram e mantêm, dão sinalizações no sentido de buscar uma organização político-ideológica desses agrupamentos. Isso não significa que esse processo já esteja consolidado - as ligações políticas das milícias são de qualidades diversas e geralmente movidas pelo pragmatismo -, mas demonstra a existência de vontades políticas que buscam outro grau de relação das milícias com a vida política.

²⁹ MANSO, op. cit., p. 201

³⁰ Ibidem, p. 28

³¹ CALIXO, Larissa. Dez fatos que ligam a família Bolsonaro a milicianos. Congresso em Foco. 23 de Dezembro de 2019

³² MANSO, op. cit. p. 39

³³ Ibidem, p. 36

³⁴ COSTA, Liana. Não é só no Rio. Milícias estão em 15 Estados de norte a sul do Brasil. Metrópolis. 1 de Abril de 2018

Esse processo se soma a um novo grau de violência política, geralmente protagonizado por esses grupos. O assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes foi um exemplo marcante nesse sentido. De 2015 a 2021 foram 42 casos de assassinatos de políticos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro³⁵. Figuras que têm seus históricos marcados pelo combate a essas organizações, como o relator da CPI das Milícias de 2008, o então deputado estadual Marcelo Freixo, sofrem constantes ameaças e tentativas de assassinatos. É uma nova qualidade da influência que as milícias tomam no Brasil, especialmente por meio da violência e de suas estruturas de poder. Os rumos e os significados desse processo, ainda mais em meio a crise político-social e de popularidade do Governo Bolsonaro, permanecem ainda em aberto e em disputa.

3 - ESTADO NO MARXISMO - DE PACHUKANIS À GRAMSCI

Com a expansão nos últimos anos das organizações milicianas e a eleição de Bolsonaro em 2018, o interesse pela história e o atual papel social das milícias tem aumentado progressivamente. Livros como “A república das milícias” de Bruno Paes Manso tem logrado um alcance que poucas vezes era dado anteriormente ao tema.³⁶ Outras figuras como José Claudio Souza Alves, que fez seu livro “Barões do Extermínio” ainda em 2003, tem sido mais referenciados tanto academicamente quanto como midiaticamente.³⁷

Esse novo interesse dado às organizações milicianas, muito conectado com a relevância que elas vem tomando nos rumos do Rio de Janeiro e de alguma forma do cenário nacional, também permite um espaço mais rico para a compreensão sobre os motivos estruturantes da existência das milícias. Com a maior bibliografia e fontes sobre seu surgimento histórico, é um desafio importante conseguir colocar novas lentes também sobre quais razões e desenvolvimentos permitem que esse tipo de crime organizado se

³⁵ REGIMIO, Marcelo. Assassinatos e ação de milicianos antecipam disputa eleitoral na Baixada Fluminense. O Globo. 30 de Outubro de 2021.

³⁶ Bruno Paes Manso e Jeferson Tenório seguem finalistas do Jabuti. Folha de São Paulo. 21 de Novembro de 2021.

³⁷ Qual o elo das milícias com a família Bolsonaro? Entrevista José Cláudio Souza Alves. Carta Capital. 26 de Junho de 2020.

torne tão relevante e preponderante no Estado.

Nesse sentido, não basta tratar o surgimento das milícias como algo ocasional ou só consequência de eventos que não têm conexão com um todo do sistema político e econômico brasileiro e da forma que ele se desenvolveu em território fluminense. O mesmo vale para sua relação com o Estado, no sentido que seria superficial ver as relações intrínsecas que hoje existem como mera atuação de indivíduos que estão no poder e não a partir também de uma lógica própria do sistema em que essas relações se inserem.

Por isso, para analisarmos quais razões e regras por trás tanto do crescimento das milícias e a relação dialética que se estabelece dessa expansão com a relação com o próprio poder público, utilizaremos alguns instrumentos elaborados pela teoria marxista. Primeiro adotando a visão sobre o Estado de Pachukanis, um dos principais teóricos do Direito na perspectiva marxista e jurista soviético que foi perseguido e assassinado durante o período stalinista da URSS. Isso servirá para conceituar e compreender a estrutura estatal, nem como uma entidade fora da sociedade, como muito comum em modelos de pensamento positivistas, nem como meramente uma cúpula fechada da classe dominante. A visão do Estado como uma organização que necessariamente surge como resposta às necessidades de um sistema econômico e social baseado na troca e no desenvolvimento do capital, permitirá também paralelos importantes e sobre esse desenvolvimento das milícias e como se conecta com as necessidades desse mesmo sistema em determinadas realidades.

Junto a isso, a compreensão trazida por Gramsci sobre o Estado Ampliado também nos ajudará a pôr em perspectiva a relação entre milicianos e os diferentes níveis do poder público. O fato que essa conexão se dá entre diferentes gestões de governos, entre diferentes esferas do Estado e tanto com políticos eleitos quanto com outros poderes ou estruturas dentro do estado, como o judicial ou a própria polícia militar, demonstram que existe uma lógica que perpassa por essas relações. O papel estatal de garantir a segurança das relações de trocas e do livre desenvolvimento e a incapacidade no território fluminense do poder público efetivamente exercer esse papel faz com que haja uma confusão entre esse tipo de organização ilegal e o Estado mesmo antes das milícias - como no próprio exemplo dos grupos de extermínio³⁸. O conceito gramsciano ajudará a entender o grau e

³⁸ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. 2020. p. 30

sentido em comum que vai se construindo entre esses dois pólos a partir de uma necessidade do próprio desenvolvimento das relações de capital em um espaço onde a burguesia não teve capacidade de completo domínio territorial.

Nesse sentido, aprofundaremos estes conceitos sobre o próprio Estado a partir do recorte marxista desenvolvido inicialmente por Pachukanis e aproveitando as reflexões gramscianas sobre Estado Ampliado, para assim poder compreender melhor como esse desenvolvimento se dá no referente às milícias fluminenses.

3.1- Marx, Engels e o Estado como instrumento da classe dominante

Um dos pontos centrais no fundamento da teoria marxista na compreensão da sociedade perante uma visão materialista histórico-dialética, está na revolução feita por Marx e Engels sobre o entendimento do que é e ao que serve o Estado.

Mesmo que em sua época já existissem teorias críticas a ideia de neutralidade do Estado burguês, seja pelo socialismo utópico ou pelo anarquismo, a teoria marxiana, elaborada tanto por Karl Marx quanto por Friedrich Engels, buscava responder de forma científica às principais tendências que existiam na época para definir a razão de ser do Estado moderno.

Conforme a formação dos Estados nacionais e seu desenvolvimento para a constituição dos Estados modernos, diversas justificativas e explicações do seu motivo de existência foram formuladas, especialmente pela filosofia europeia. As teorias contratualistas burguesas, mesmo que divergindo em vários aspectos, viam na constituição de um Estado a ideia de um pacto social entre toda sociedade, que a ele se submetia em busca de uma pacificação social, que seria melhor para todos que estivessem sob as suas asas.³⁹

Outros teóricos, como o próprio Hegel - responsável pelas bases da dialética que permitiram Marx desenvolver, a partir de sua crítica, sua própria lógica no materialismo histórico dialético - já viam o Estado como a realidade da ideia moral ou a imagem e

³⁹ MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Forma Política. São Paulo : Boitempo, 2013. p. 68

realidade da razão⁴⁰. Todas essas teorias tentam justificar a existência do Estado como uma construção benéfica ao todo social ou pelo menos como um reflexo natural da própria razão humana, ou seja, vêem o Estado como um ente imparcial, justificável de existir não por interesses particulares, mas por uma razão naturalmente necessária pelas próprias características da sociedade humana.

A concepção marxiana de que a história se desenvolvia a partir da luta entre classes oprimidas e opressoras e que o modo de produção social desenvolvido pela relação entre estas definia as condições de vida e de organização da sociedade fez com que também fosse criada uma nova perspectiva sobre o Estado. Em seu Manifesto Comunista, Marx e Engels já afirmam que “o moderno poder estatal é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”.⁴¹

Ou seja, não existe mais uma compreensão de que a estrutura estatal é neutra, mas sim que ela representa interesses de determinada classe a partir de um sistema econômico marcado pela dominação e pela existência de classes exploradoras e exploradas - no caso do Estado moderno de burgueses e proletários. Engels, em seu livro “A Origem da Família, Da Propriedade Privada e do Estado” entra em mais detalhes. Ele coloca que o Estado:

É antes um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos inconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado⁴²

Ou seja, não se parte mais de uma compreensão da estrutura estatal como órgão imparcial ou representante da vontade geral da sociedade. Ela é um produto social provindo de relações de classes com interesses distintos e que serve aos interesses da classe

⁴⁰ LENIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. São Paulo : Boitempo, 2017. p. 26

⁴¹MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Manifesto Comunista. São Paulo : Companhia de Letras, 2012 p. 12

⁴²ENGELS, Friederich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo, Boitempo, 2019.p. 177-178

dominante, no caso, da burguesia. Isso não significa, porém, que necessariamente os operadores do aparato estatal vão ser burgueses. Em 18 de Brumário de Luís Bonaparte, Marx desenvolve como representantes de outras classes sociais podem, por determinado período de tempo, inclusive estarem a frente do governo, desde que consigam corresponder, enquanto ocupando essa posição, aos interesses mais gerais da burguesia, especialmente quando esta está incapaz de governar por conta própria.⁴³

Nesse sentido, Marx e Engels dão as bases da construção de uma perspectiva materialista do Estado, compreendendo não como um pacto social abstrato ou como um produto da ideia, mas como um produto de determinado sistema econômico e como representante de interesses específicos da classe dominante desse sistema. Essa perspectiva vai ser aprofundada e desenvolvida por outros teóricos marxistas que iniciam um estudo mais aprofundado sobre a questão do Estado, como é o caso do próprio Pachukanis.

3.2 - O papel do Estado sob uma perspectiva marxista - Pachukanis

Pachukanis em seu livro “Teoria Geral do Direito e Marxismo”⁴⁴ começa a fundamentar, pela primeira vez, uma elaboração mais geral sobre de que forma o Direito e, conseqüentemente, o Estado, se desenvolvem no sistema econômico capitalista. Sua obra, que ele apresenta como um primeiro ensaio sobre o tema, até hoje é uma das principais referências do marxismo sobre a compreensão tanto do Direito em si, mas também dos motivos de gênese e desenvolvimento da estrutura do Estado.

Antes de sua atividade como teórico, a concepção marxista já vinha colocando que o Estado moderno não representava um interesse geral nem era imparcial, porém que só se apresentava enquanto tal, sendo, na prática reflexo dos interesses da classe dominante. Ou seja, a partir dessa concepção marxiana se desenvolveu uma escola marxista de pensamento em toda europa crítica a perspectiva de neutralidade do Estado e conseqüentemente do Direito.

A influência dessa escola cresceu também enquanto um forte movimento

⁴³ MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo : Boitempo Editorial. 2021

⁴⁴PACHUKANIS, Evguíeni. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

político-social que foi capaz de criar fortes partidos por toda Europa e participar de importantes ensaios revolucionários. Em 1917, a Revolução Russa se torna o principal exemplo de uma ruptura contra o Estado moderno burguês e abre espaço para novas reflexões sobre o próprio Estado e seu papel. Lenin, principal dirigente revolucionário desse processo, elabora, após a tomada de poder, em seu Livro “O Estado e a revolução” sobre como a estrutura estatal pode ser utilizada pela própria classe explorada, após uma ruptura com a ordem social por meio de uma revolução, para construir um novo modelo de sociedade socialista. Ou seja, como o Estado moderno, mesmo que possuindo um caráter essencialmente burguês, pode ser utilizado com um propósito político diferente, buscando, inclusive, o seu próprio definhamento.⁴⁵

É nesse contexto que Pachukanis surge como um dos principais expoentes da teoria jurídica dentro da recém formada União Soviética e busca entender com mais qualidade como se forma o Estado e o Direito, qual sentido de existência de ambos e como é possível chegar até sua extinção, transitando de uma sociedade socialista para uma sociedade comunista.

Nesse sentido, Pachukanis constrói sua obra buscando não só compreender o Direito e o Estado como esses produtos sociais diretamente ligadas às necessidades de um modelo produtivo - nesse caso, o capitalista - e de sua classe dominante - a burguesia- mas também os motivos pelos quais essa estrutura estatal é necessária para a manutenção e desenvolvimento dessa estrutura econômica-social e das sociabilidades formadas a partir dela.

Para o autor, a relação jurídica é criada a partir de uma necessidade das relações de troca de poderem se desenvolver de forma segura. Essa necessidade de garantir uma “paz” para o mercado existe mesmo antes de que o capitalismo se tornasse o modo de produção dominante.⁴⁶ Portanto, já durante o feudalismo, por exemplo, se criavam condições para que os comerciantes, ou os burgos, tivessem algum tipo de garantia para conseguirem negociar de forma estável, mesmo que ainda de parcialmente, já que esse tipo de relação ainda não era dominante na sociedade e o próprio direito, portanto, se desenvolvia de forma

⁴⁵ LENIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. Boitempo, 2017. p. 37

⁴⁶ PACHUKANIS, 1924. p. 158

privada, conectada diretamente aos interesses dos senhores feudais de cada região.⁴⁷

Com a generalização da mercadoria e da relação mercantil, ou seja, com a sociedade criando um modelo socioeconômico no qual a criação de produtos destinados à venda se tornando preponderante, é necessária uma reestruturação do Direito e do Estado. Uma estrutura jurídica pública, que permita uma estabilidade e segurança entre os comerciantes se torna uma necessidade geral, tornando possível a constituição de um Estado burguês moderno.⁴⁸

Esse Estado, se apresenta como neutro e imparcial, apesar de, na prática, servir à classe que domina esse modo de produção - a burguesia. Isso ocorre, porém, por uma necessidade objetiva do mercado, a existência de relações de trocas onde é preciso que haja uma igualdade formal entre todas as partes faz com que seja preciso que a dominação burguesa não se dê nem de forma explícita, nem por um grupo específico dentro da burguesia.⁴⁹ Cria-se uma ideia de igualdade que se conecta com esse mercado, sendo o Estado um mediador geral e supostamente imparcial dessas relações. Isso faz, por consequência, que haja uma separação do Direito público e do privado, gerando uma ideia de interesse geral, mesmo que na prática, ainda a partir de um modelo socioeconômico de classes.

Ou seja, a partir dessas conclusões, pode-se compreender que o Estado burguês, em regra, não funciona somente a partir da dominação de uma fração específica dentro da burguesia e está aberto a diversas formas de contradições - mudanças de governo, regime ou até mesmo a direção política feita, provisoriamente, por membros de outra classe social. Todas essas situações são possíveis dentro do capitalismo desde que o centro do objetivo do Estado não se altere - a defesa do modelo econômico voltado à reprodução do capital e a possibilidade do exercício das relações mercantis com o máximo de eficiência e estabilidade possível.

Isso permite ver o Estado não como uma estrutura homogênea e sempre coesa - e não mais como o puro comitê de interesses da burguesia que Marx descreveu no Manifesto Comunista - mas também como um espaço que, seguindo uma lógica e uma razão geral de

⁴⁷ Idem, p. 157

⁴⁸ Ibidem, 158

⁴⁹ Ibidem, 163

seu sentido de existir, se altera e se adapta a partir das contradições próprias da sociedade na qual ele é criado.⁵⁰ O que interessa é que as relações de trocas possam se desenvolver de forma livre e segura, e essa estabilidade tem que ser garantida pelo Estado, independentemente das contradições que possam vir desse processo. Por isso, será uma estrutura em constante mudança e aberta a diversos conflitos externos e internos, mas que terá sua estrutura mesmo em funcionamento sempre nesta perspectiva de manutenção do sistema econômico que corresponde e conseqüentemente funcionará a partir da própria lógica da acumulação de capital.

É nesse sentido que se vê que, para o exercício mesmo dessa função, há a necessidade de que exista uma constante troca entre a estrutura estatal e os diferentes atores da sociedade civil. Na perspectiva de conseguir cumprir seu papel como mantenedor dessa ordem social que é produto de relações econômicas específicas, o Estado precisa estar conectado com as diversas instituições sociais que existem nesse espaço em que está comandando, buscando meios para cumprir o seu próprio papel que não seria capaz de fazer sozinho

3.3 - Estado Ampliado - um conceito gramsciano

Antonio Gramsci revolucionou a leitura marxista sobre Estado com seu conceito de Estado Ampliado. Para isso, o filósofo italiano busca entender a relação dialética entre a sociedade política e a sociedade civil. Ou seja, compreender como a superestrutura estatal, ao se conectar diretamente com instituições sociais, cria um sentido comum para a dominação e direção da classe que está no poder, que precisa envolver tanto a coerção quanto o convencimento da população a ela submetida.⁵¹

Segundo Virgínia Fontes, a sociedade civil, que seria “o momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas”⁵², se conecta diretamente com o Estado em uma relação dupla de onde a ideologia e a violência se combinam buscando um sentido comum de manutenção da ordem estabelecida. Ou seja, qualquer classe que pretenda se manter no poder é incapaz de fazer isso só por meio da

⁵⁰ Ibidem, 168

⁵¹ FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-Imperialismo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. p. 133

⁵² Idem, 138

estrutura repressiva do Estado: é necessário também criar as condições de aceitação da sua direção por meio de uma ideologia hegemônica que permita essa dominação.

Segundo Poulantzas, é a relação dialética entre o Estado e a sociedade civil que permite que se possa estruturar ambas essas condições de dominação - a repressiva e a ideológica. Essa conexão não pode, portanto, ser vista como, um binômio entre repressão e ideologia, onde ao Estado cabe a coerção e à sociedade somente o convencimento. Em diferentes graus, tanto a sociedade política quanto as instituições civis podem cumprir em partes ambos papéis - é a troca entre ambas que permite a constituição de um modelo de dominação.⁵³

Isso significa que para que seja possível uma classe se manter no poder, é insuficiente que ela aja enquanto simplesmente classe dominante - ou seja, que exerça somente seu poder coercitivo. É necessário que ela não só domine diretamente por meio da força, mas que dirija aqueles que lhe dão condições para essa dominação - ou seja, precisa possuir aqueles que, convencidos do seu sistema político-econômico, dão as condições de sua permanência.

A classe no poder, portanto, precisa buscar construir uma hegemonia ideológica, uma forma de dominação que crie uma estrutura social que a permite se manter no poder com o máximo de estabilidade possível. Enquanto a coerção cumpre um papel importante na dominação, a classe no poder precisa de criar condições de convencimento - uma perspectiva ideológica que faça com que o sistema que ela constrói possibilite sua dominação. Algo que só se pode conseguir com a troca permanente entre o Estado e as instituições da sociedade civil.⁵⁴

Essa construção de uma ideologia que possibilite seu papel enquanto classe no poder não é, segundo Poulantzas, “simplesmente um sistema de ideias ou representações”⁵⁵. A ideologia, portanto, é também o acúmulo de práticas materiais, formas de viver e se relacionar que são constituídos conforme a direção da classe que está no poder. É a criação de um sentido societário em comum que permite que ela exerça sua hegemonia, somente com ele, em conjunto com a estrutura repressiva do Estado, ela pode sobreviver no poder.

Nesse aspecto surge a importância dos aparelhos hegemônicos: a troca com essas instituições ligadas à sociedade civil que permite a constituição dessa hegemonia da classe no

⁵³POULANTZAS, Nico. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980, p. 37

⁵⁴ LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (org). Dicionário Gramsciano., São Paulo: Boitempo, 2017

⁵⁵ POULANTZAS, op. cit., 1980.

poder. A partir da conexão permanente do Estado com elas que a classe dominante pode exercer seu papel também enquanto classe dirigente, ou seja, que pode construir sua hegemonia de forma a criar condições de sua dominação. O Estado se torna, portanto, insuficiente quando visto somente em sua estrutura formal e isolado do contexto em que se insere - o que o permite cumprir seu papel estão em como ele se relaciona com a sociedade ao seu redor.

É nesse sentido que Gramsci desenvolve o conceito de Estado ampliado. Segundo Alysson Mascaro:

O fenômeno político no capitalismo se concentra no Estado, mas não se pode considerar que a estrutura estatal seja limitada apenas pelos contornos daquilo que estabelece a sua definição jurídica. O Estado se encontra aglutinado, estrutural, formal e funcionalmente, a muitas instituições sociais que lhe são íntimas. A alta conexão entre o Estado e tais instituições sociais permite compreender a política contemporânea, no tecido social capitalista, como um Estado ampliado.⁵⁶

Ou seja, não é possível compreender o Estado como algo à parte, sem conexão e sem uma troca dialética e constante com a sociedade e suas diversas instituições. A existência de uma estrutura estatal é fundamental para a possibilidade da reprodução do capital e a manutenção das relações de troca, porém, ela por si só é insuficiente em uma sociedade onde a forma-mercadoria e a própria luta de classes se encontram por todos os lados. Para que o Estado possa cumprir o seu papel de garantidor desse modelo sócio-econômico e da divisão de classes nele existentes, é necessário que exista essa troca permanente com diversas instituições sociais.⁵⁷

Ou seja, é em conjunto com essas instituições que será possível para o Estado - de forma quase sempre contraditória e conflituosa, mesmo que em diferentes graus - poder exercer de fato seu papel e garantir a continuidade do sistema político-econômico burguês. Essas instituições e relações se dão nos mais distintos espaços e graus e têm sua atuação percebida de forma mais ou menos direta.⁵⁸

Isso não pode ser percebido de forma ocasional ou a partir de somente situações específicas. Segundo Mascaro, essas relações não fazem parte de um plano deliberado das classes dominantes que criam essas construções por interesse específico e momentâneo,

⁵⁶ MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Forma Política. Boitempo, 2013. p. 68

⁵⁷ Idem, p. 70

⁵⁸ Ibidem, p. 33

mas estão conectadas à própria razão de ser do Estado burguês.

Então, ao mesmo tempo que a estrutura estatal está conectada com o todo social como um momento necessário da reprodução capitalista, ou seja, como uma construção social que precisa existir para garantir que a acumulação de capital seja possível, seu papel somente formal nesse sentido sempre será insuficiente. Como a forma-mercadoria e a luta de classes permeiam a totalidade da sociedade⁵⁹ e é impossível para o Estado estar formalmente como um aparato geral que ocupa todo esse espaço, a relação com essas instituições sociais se torna uma consequência natural do desenvolvimento do Estado e de sua razão de ser. Essas relações podem ser muitas vezes conflituosas e contraditórias e podem afetar diretamente a própria estrutura estatal das mais diferentes formas, mas é essa aglutinação de diversos aparelhos e instituições em um sentido em comum que permitem que o Estado possa cumprir seu papel. Ou seja, o Estado Ampliado é uma necessidade estrutural do próprio sistema capitalista.

Os meios de comunicação hegemônicos são um exemplo bastante visível. Sem a existência de uma mídia burguesa, capaz de disputar a consciência geral da população em torno de uma visão que dê legitimidade ao próprio Estado e ao próprio capitalismo, a manutenção dos sistema seria muito difícil.⁶⁰ Isso pode ser visível tanto de forma mais direta, como na linha editorial dos jornais quanto de forma mais tangencial, como na formação ideológica que pode ser feita por produtos culturais midiáticos a partir de certos valores, como a meritocracia.

Isso não significa que não haja confronto: no próprio exemplo da mídia é natural vermos disputas políticas entre os meios de comunicação e os diferentes governos que estão no poder. Mas esses conflitos sempre se dão dentro de um marco e uma lógica geral de manutenção da ordem burguesa e da ideia e estrutura do Estado enquanto tal. Ou seja, as possíveis disputas entre as instituições sociais e as figuras que estão à frente do governo não significam uma ruptura da relação permanente e dialética entre o Estado e essa instituição social e em diversos momentos significam ajustes possíveis e às vezes necessários dentro das estruturas de poder.

Essas instituições estão entre as mais variadas. Pode-se citar, além da mídia, o

⁵⁹ Ibidem, 68

⁶⁰ Ibidem, p. 72

próprio papel das instituições de ensino, sejam das escolas ou das universidades, que permitem tanto um ensino que seja feito em marcos da compreensão do sistema atual como único possível (o que não exclui professores ou certas instituições que vão contra essa lógica), quanto a garantia que a ciência e a pesquisa possam ser utilizados também para a própria reprodução do capital. Clubes, Associações de Moradores, Igrejas, Partidos Políticos: existem várias dessas instituições com papéis diferentes, mas servindo a um sentido total em comum que faz com que o sistema possa existir.

Essas instituições também podem assumir formas e possuir importâncias diferentes a partir da realidade da sociedade a qual o Estado corresponde. Por exemplo, o peso das igrejas evangélicas no Brasil, também como instituição que pode cumprir um papel de Estado Ampliado, é diferente do que em países como a República Tcheca⁶¹, onde o protestantismo tem pouca influência e boa parte da população não segue uma religião específica.

Isso é importante compreender, pois isso demonstra que as necessidades das relações que o Estado estabelece busca um sentido comum na manutenção do sistema, mas que pode ser feito a partir de instituições e espaços muitos diferentes. Inclusive, não necessariamente essas estruturas precisam estar de acordo com a normalidade jurídica do próprio Estado formal.

A ideia que vem sendo criado de narcoestado em alguns países da América Latina, em especial no México e na Colômbia é um exemplo importante. O narcotráfico nesses países assumiu uma tal relevância e desenvolveu uma tamanha conexão tanto com o Estado quanto com as outras estruturas do capital que esse termo veio sugerir a ideia de que as estruturas estatais e as organizações de tráfico de drogas no país se confundiam em uma só perspectiva.

Esse termo que já foi utilizado inclusive pelo atual presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador, de forma crítica à estrutura político até hoje dominante no país e tem uma razão de existir que é muito concreta⁶². O país tem um histórico de uma relação orgânica entre os diferentes governos que passaram pelo país e os cartéis de narcotraficantes. Não é incomum ver prisões de governadores ou outras figuras importantes

⁶¹ HAMPLOVÁ, Dana. Are czechs the least religious of all? The Guardian. 24 de Junho de 2010.

⁶² AMLO: Sí se puede hablar de un narcoestado en México en gobiernos anteriores. CNN, 10 de agosto de 2020

da política com ligação ao narcotráfico. Políticos são eleitos diretamente por essas organizações ou comprados depois que entram no poder. Existe um papel na estrutura social e política que o narcotráfico logrou alcançar que permite que ele tenha se tornado um pilar importante na manutenção do atual sistema político mexicano.

Além disso, a relação entre o tráfico de drogas e o modelo social também se dá pela sua importância econômica - se estima que ingressa no país em torno de 40 bilhões de dólares do negócio de drogas por ano⁶³. Isso, naturalmente desenvolve uma relação econômica complexa entre o capital mexicano legal, o capital provindo do narcotráfico e o próprio Estado e a construção de acordos e sentidos em comum para a manutenção desse sistema. Ou seja, em uma relação múltipla e complexa, a existência do narcotráfico no México se conecta com a estrutura de poder e ajuda a mantê-la, cumprindo também um papel de uma instituição que serve às necessidades da própria estrutura estatal, independente dos governos que estejam à frente do país.

É nesse sentido, portanto, que é necessário compreender como o Estado ampliado se desenvolve também a partir das especificidades próprias do Brasil e do Rio de Janeiro. Não só nas instituições legalizadas, como os grandes conglomerados da mídia ou as próprias igrejas, mas também a partir das organizações criminosas que também cumprem seu papel, de forma conflituosa, na manutenção do sistema e do Estado e que, nesse sentido, criam uma relação permanente e dialética com este. As milícias são um exemplo maior desse tipo de organização e por isso precisam ter seu papel enquanto parte do Estado Ampliado compreendido para que seja possível entender o que permite sua existência e desenvolvimento.

4 - AS MILÍCIAS E O ESTADO AMPLIADO

Buscaremos, aqui, analisar de forma mais detalhada como as milícias podem funcionar enquanto Estado ampliado e porque foi necessário que elas cumprissem determinadas funções no território fluminense que não são comuns de serem terceirizadas em locais que vivem realidades diferentes - em especial no que tange a administração territorial e a própria segurança.

⁶³ ¿Qué sería de México Sin Drogas? El País, 11 de Maio de 2010.

A relação simbiótica entre as milícias e diferentes esferas do Estado, e o exercício de funções de gestão pública por essas organizações milicianas é um fato consumado em diversos bairros do Rio de Janeiro. Em parcela considerável da Zona Oeste carioca, não é incomum que a Associação de Moradores, muitas vezes comandada pelos milicianos, cumpra o papel de administração local, substituindo o papel do Estado.⁶⁴

Esse exercício de controle geral sobre território é um dos principais motivos pelos quais as milícias conseguiram ter capacidade de arrecadamento de recursos para seguirem se expandindo.⁶⁵ São atividades como a organização do transporte alternativo, a cobrança da taxa de proteção de comerciantes e moradores e a expansão imobiliária que vão criando condições de que as milícias tenham formas de investir na conquista de novos territórios e vão se tornando cada vez mais preponderantes no Estado do Rio de Janeiro.

Porém, conforme vimos no capítulo 2, a gênese dessas organizações e a possibilidade de que elas se tornassem o que são hoje em dia vem de uma incapacidade do próprio Estado de conseguir cumprir seu papel em boa parte do território fluminense. Tanto no Rio de Janeiro⁶⁶, quanto na Baixada Fluminense⁶⁷ o surgimento dos primeiros grupos de extermínio surgem pela pressão e financiamento do próprio comércio, que sem a garantia de segurança jurídica e econômica pelo Estado, buscava um outro método de garantir que suas relações comerciais pudessem se estabelecer sem os riscos que vinham sofrendo com a falta de cumprimento do governo de seu papel como garantidor de estabilidade na troca de mercadorias.

Isso significa que há uma relação dialética entre a incapacidade do Estado no exercício de seu papel essencial e a expansão de organizações milicianas, enquanto Estado ampliado. Também faz com que essa dinâmica seja necessariamente desenvolvida a partir de uma troca constante entre as esferas oficiais dos governos e as estruturas de poder montadas pelo crime organizado.

Portanto, para maior compreensão dessa dinâmica é importante analisar os motivos de porque a burguesia fluminense e o Estado não estabeleceram um modelo de dominação

⁶⁴ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. 2020. p. 30

⁶⁵ *Ibidem*, p. 28

⁶⁶ MANSO, op. cit., p. 124

⁶⁷ ALVES, op. cit., p. 185

político-econômica que desse condições a uma garantia de que houvesse segurança do próprio capital a se reproduzir em parte considerável do território de sua região metropolitana. Esse desenvolvimento histórico tanto social quanto econômico justificam as bases que deram as condições do surgimento das milícias e da aposta de parte da burguesia em que elas ocupassem certas funções determinantes antes de responsabilidade do próprio Estado.

A partir dessa compreensão das bases econômicas que permitiram esse surgimento, poderemos então compreender de que forma a própria milícia pôde ocupar esse espaço, cumprindo seu papel enquanto Estado ampliado e servindo como principal garantidora do desenvolvimento do capital, em especial comercial e imobiliário, em boa parte das regiões periféricas da região metropolitana fluminense.

4.1 - A Estrutura Produtiva Oca e a barbárie social

O cenário de insegurança, de “cidade sitiada”⁶⁸, que permitiu o primeiro desenvolvimento dos grupos proto-milicianos na região metropolitana do Rio de Janeiro, também é consequência de um desenvolvimento social e econômico regional que criou bases para um descontrole maior do Estado fluminense.

A crise econômica que abala o país, mas especialmente seu reflexo de forma mais severa no território fluminense⁶⁹, tem demonstrado de forma mais explícita uma base econômica regional que tem permitido nos últimos anos uma desestruturação social da área metropolitana do Rio de Janeiro.

O processo de desindustrialização brasileira, que tem sido marca das últimas décadas, tem sido especialmente agravado no Rio de Janeiro⁷⁰. Dos anos 40 até os anos 2000 a percentagem que possui o Estado na parcela do PIB nacional correspondente ao setor da indústria decresceu consideravelmente, indo de mais de 25% para em torno de 10%⁷¹. Esse cenário demonstra ainda mais fragilidades quando vamos analisar quais indústrias

⁶⁸ MANSO, op. cit., p. 117

⁶⁹ SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnósticos e perspectivas. Niterói: Revista Econômica, 2017 p. 12

⁷⁰ SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A evidência da estrutura produtiva oca: O Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2015 p. 9

⁷¹ Idem

têm maior peso na região.

A soma das indústrias de metalurgia básica, derivados do petróleo e álcool e outros produtos químicos cresceu de 22,9% em 1970 do Valor de Transformação Industrial do Rio de Janeiro, ou seja, do valor gerado a partir da indústria, para 41,6% em 2002.⁷² Ou seja, além da desindustrialização, há uma crescente dependência da extração do petróleo e dos commodities nesse setor.

Isso permite que se forme uma estrutura produtiva oca⁷³ no Estado, mais apto às crises econômicas, mas também a um descompasso entre a expansão da malha urbana na cidade e possibilidade de uma estrutura social-econômica regional capaz de fazer com que essa se dê em marcos que possam criar também um desenvolvimento social e gerar oportunidade nessas regiões que se expandem.

Em realidade, o que ocorre vai em um sentido contrário. A história do aumento da população e urbanização da região da Zona Oeste do Rio de Janeiro também está conectada, entre outros fatores, diretamente com a abertura de indústrias na região nos séculos passado⁷⁴. O bairro, hoje comandado por milicianos, de Bangu, por exemplo, tem a história da fundação muito ligada à indústria têxtil brasileira.⁷⁵ A fundação da Fábrica de Tecidos Bangu em 1889 foi fundamental para que o bairro pudesse se desenvolver. A partir de sua construção se cria em 1908 uma rede telefônica, em 1910 ruas iluminadas e em 1918 uma estação de trem. Em 2002, porém, a fábrica fechou suas portas.

Essa importância da indústria não foi somente no início do século. Ainda em 1960 se criavam polos industriais em Campo Grande e Santa Cruz⁷⁶, outras regiões que futuramente seriam comandadas por milicianos. Portanto, isso significa que a desindustrialização do Estado do Rio de Janeiro e a não constituição nesse período de bases econômicas mais sólidas na região metropolitana fluminense foi um dos fatores que permitiu que regiões como a Zona Oeste do Rio de Janeiro, que já recebiam menos atenção

⁷² SOBRAL, 2017, p. 9

⁷³ Idem

⁷⁴ OLIVEIRA, Maria Amália Silva de Alves. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro: Entre o Rural e o Urbano. Porto Alegre: Iluminuras, 2017.

⁷⁵ NASSIF, Lourdes. Fábrica Bangu, uma das líderes da primeira grande onda de industrialização brasileira. GNN. 23 de fevereiro de 2014.

⁷⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 13

do poder público historicamente, pudessem entrar em uma situação ainda maior de precarização e falta de oportunidade para seus moradores.

Esse cenário, que foi se fortalecendo durante os anos 90 e 2000, permitiu que houvesse mais espaço para uma cidade com importantes regiões incapazes de estabelecer e desenvolver uma estrutura social e econômica que não fosse dependente do centro da cidade. Esse desenvolvimento de forma desigual também permitiu, portanto, que os índices de crime e de violência se espalhassem por essas regiões.

A evolução das taxas de roubo nas regiões onde surgiram os primeiros grupos de extermínios é notável⁷⁷. Nas regiões da Baixada Fluminense há um crescimento alarmante. Num recorte de roubos para cada 100.000 habitantes entre 1991 e 2000 há um crescimento de 226,62 para 710,85 em Duque de Caxias, de 174,60 para 375,66 em Nova Iguaçu e de 252,53 para 684,21 em Nilópolis. Ou seja, há um crescimento da insegurança entre a década de 90 e os anos 2000 que dão condições iniciais para a busca da construção de um poder paralelo na região.

A situação é bastante similar também nas regiões onde a milícia se instalou dentro da cidade do Rio de Janeiro. Segundo um levantamento feito pelo Instituto de Economia da UFRJ⁷⁸, há um crescimento dos crimes de roubo registrados em todas delegacias da Zona Oeste durante o começo da década de 2000. Tanto no caso da Baixada quanto no Rio de Janeiro, os crimes violentos também seguem uma tendência parecida, demonstrando o clima de insegurança geral tanto para os moradores, mas também para os próprios comerciantes locais, que ficavam em uma situação de incerteza sobre os seus negócios.

Todo esse cenário, somado ao desenvolvimento do tráfico de drogas e os consequentes enfrentamentos gerados pela disputa entre facções, cria os elementos propícios para que haja espaço para que certos grupos se apresentem como solução desses problemas e que as próprias estruturas de poder locais busquem soluções por fora da estrutura legal do Estado.

⁷⁷ Laboratório de Análise da Violência. Mapeamento da Criminalidade na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. 2004. p. 23

⁷⁸ Instituto de Economia da UFRJ. Segurança Pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Diagnóstico quantitativo. Maio de 2009.

4.2- O papel do comércio na gênese das milícias

Nesse sentido, um dos elementos importantes para compreender os motivos pelos quais foi possível o desenvolvimento das milícias para se tornarem as organizações que são hoje em dia e de que forma elas podem cumprir um papel de Estado ampliado a partir da garantia das relações de troca, está ligado a como a relação entre o comércio e as primeiras experiências de grupos que deram origem às milícias.

O sociólogo José Claudio Souza Alves vê nos grupos de extermínio o nascimento do que se tornaram as milícias que futuramente dominariam na Baixada Fluminense⁷⁹. Entre as figuras de destaque para o início desse processo está Tenório Cavalcanti, uma figura célebre na região que chegou a ser deputado federal nas décadas de 50 e 60. Tornou-se uma liderança muito popular na região, misturando elementos de trabalho social e uma misticismo em torno de sua imagem que envolvia a ideia de combate ao crime.⁸⁰

Apelidado de Homem da Capa Preta, andava a todos momentos com sua metralhadora, que apelidou de Lurdinha, como forma de demonstrar seu poder. Ele foi responsável por organizar diversos desses grupos de extermínio que atuavam junto com policiais militares na região para matar suspeitos criminosos.⁸¹

Era uma figura popular especialmente entre os comerciantes e a burguesia local e foi capaz de manter o peso político que teve especialmente por conta desse apoio. No início de sua vida política recebia apoio direto de seu patrão, Edgard Pinho⁸², mas conforme foi conseguindo mais espaço e ampliando sua política criou relações ainda mais profundas, que demonstravam a conexão entre a gênese dos grupos de extermínio e o papel dos comerciantes e da burguesia da região.

Ele recebeu durante sua carreira apoio do comércio local⁸³, o que foi fundamental para que seguisse o papel de construção também de seus grupos de extermínio e iniciasse a criar uma relação orgânica e permanente com a Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias, no qual participou constantemente a eventos, inclusive sofrendo um

⁷⁹ ALVES, 2020

⁸⁰ Idem, p. 139

⁸¹ MANSO, op. cit., p. 74

⁸² ALVES, 2020, p. 136

⁸³ MANSO, Bruno Paes. A República das Milícias: Podcast. Episódio 1.

atentado em um deles. Essa relação se desenvolve de tal forma que a própria Associação começa a ser presidida dos anos 70 até 2017 por seu genro, Getúlio Gonçalves da Silva⁸⁴, criando um sentido comum entre essa estrutura representativa, a política oficial representada pelo próprio Tenório, que então ocupava cargos públicos e as organizações criminosas que ele comandava.

Essa relação mútua entre comerciantes e os primórdios da milícia também ocorre de forma similar na capital do Rio de Janeiro. A Associação Comercial do Rio de Janeiro teve papel fundamental nas condições criadas para que Amaury Krueel fundasse o primeiro grupo de extermínio do Rio de Janeiro. Uma pesquisa sobre as origens do auto de resistência publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 2016 com base no estudo da cientista social Maria Regina da Costa afirma que:

Em 1958 a Associação Comercial, alarmada pelo alto número de assaltos e argumentando que a cidade estava “infestada” de "marginais", exigiu medidas duras do então chefe da polícia. O Serviço de Diligências Especiais veio atender a esta demanda e contou com a nefasta permissão de “caçar bandido à bala”. A ação desse grupo de policiais resultou em extorsão, centralização das “caixinhas” do jogo do bicho, prostituição e consumo de drogas, entre outras atividades criminais. Segundo aval do próprio chefe de polícia, o grupo dispunha de “carta branca” para agir, dentro ou fora da lei, de forma a “limpar a cidade”. À época, o coronel Krueel chegou a afirmar que, se fosse necessário, autorizaria “o extermínio puro e simples dos malfeitores”⁸⁵

Ou seja, o papel do poder econômico, especialmente por meio de comerciantes e das próprias Associações de Comércio, na gênese desses agrupamentos é bastante notável e demonstra que existe um interesse direto de um setor da própria burguesia, incerta sobre a segurança de seus negócios, que atua para que agrupamentos como os grupos de extermínio surjam. Isso se dá tanto por pressão política aos agentes de Estado, quanto a incentivos econômicos e garantias àqueles que assumem esse papel.

Mesmo antes do surgimento das milícias no modelo que hoje em dia atuam, a busca, portanto, desses setores por alguém que pudesse em um momento de instabilidade econômica e aumento dos índices de violência e crimes ao patrimônio, garantir a segurança

⁸⁴ BELOCH, Israel. CPDOC/ FGV.

⁸⁵ Diário Oficial do Rio de Janeiro - Poder Legislativo - 23 de Novembro de 2016. p. 29

nas relações de troca se torna um elemento importante que futuramente teria um desenvolvimento ainda mais complexificado com o modelo e estrutura que as milícias passam a ter durante os anos 2000 e 2010.

4.3 - Milícias e seu desenvolvimento econômico e expressão política

Rio das Pedras é a comunidade conhecida por ser onde o atual modelo das milícias nasceu. Assim como nos casos anteriormente citados, uma aliança entre policiais e comerciantes foi fundamental para iniciar um processo de domínio sobre a região⁸⁶. A associação de moradores do bairro, que possuía uma influência grande na gerência do espaço, foi construindo um espaço de governança própria e uma relação contínua tanto com policiais que pudessem garantir a segurança da região, quanto com o comércio local que tinha interesse em buscar uma estabilidade para seus negócios.

Lá foram se criando uma aliança entre comerciantes, milicianos e a associação de moradores, que se tornaria inclusive um reflexo dessa aliança, tendo Nadinho, um comerciante tornado miliciano, como presidente. Essa parceria se desenvolveria para conseguir criar um sistema político-econômico regional baseado em uma estrutura de poder própria.

Seguindo um modelo que já existia em Campo Grande e Santa Cruz criado por um outro grupo de policiais chamado Liga da Justiça (que posteriormente fundaram uma milícia própria), iniciam a organizar um transporte alternativo regional, aproveitando a precarização do serviço público na região para conseguir dar bases econômicas para o modelo de dominação territorial que iniciavam a organizar.⁸⁷

Porém, optam por uma inovação: criar um amplo sistema de venda de serviços dos mais variados para a população. Criam um monopólio da venda do gás - garantido pela força -, negócios na instalação de TV a cabo e de internet, ambos a partir de sinais clandestinos e iniciaram a fazer cobranças tanto para o comércio local quanto para os moradores. Também começam a emprestar dinheiro para comércio com juros e organizar outras formas e modelos de agiotagem nas próprias comunidades.

⁸⁶ MANSO, op. cit., p. 76

⁸⁷ Idem

O desenvolvimento de um modelo miliciano mais capaz de explorar os diversos recursos da comunidade dá mais condições de força econômica, política e militar para o agrupamento de Rio das Pedras e permite uma relação mais orgânica com o poder público e com a prefeitura. Se iniciava um modelo de organização paramilitar das milícias que não se responsabilizava somente pela segurança, como eram os antigos grupos de extermínio, mas que começava a ter uma gestão mais generalizada do território que ocupava.

Esse modelo, rapidamente se expande por diversas regiões do Rio de Janeiro, especialmente onde já existiam agrupamentos como as polícias mineiras e os grupos de extermínio - o lucro desses empreendimentos e a promessa de segurança inicialmente dada à população, criam condições desta expansão.

O crescimento desse modelo também pode ser visível a partir do próprio aumento dos empreendimentos que dele surgem. Uma estimativa da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), a partir de dados do IGBE e da ANATEL levantou que aparelhos de “gatonet”, ainda em 2020, já chegavam a 4,5 milhões de casas no país. Só no Rio de Janeiro, no mesmo ano, a Receita Federal descobriu 15 empresas controladas por milicianos que eram responsáveis por esse serviço.⁸⁸

O transporte alternativo também é um exemplo importante. Segundo os dados do RioÔnibus, entre as 10 mil vans que circulavam no Rio de Janeiro em 2021, somente 2 mil dessas vans eram legalizadas. Ou seja, 80% das vans eram parte do transporte alternativo, demonstrando uma incapacidade da Prefeitura do Rio de Janeiro de qualquer controle sobre essa rede clandestina.⁸⁹ Junto a isso, as organizações representantes desse modelo de transporte também contaram no último ano com apoio direto de vereadores, alguns destes que possuíam suas principais bases eleitorais em regiões atualmente dominadas pela milícia.

A ampliação e desenvolvimento das milícias pelo Estado, porém, permitiu que tanto as cobranças de taxa de segurança e outros modelos de extorsão quanto as vendas de serviços como gatonet e gás, que tinham o monopólio garantido pela força se tornassem

⁸⁸ CRUZ, Adriana. Milícias do Rio investem em importações para expandir “Gatonet”. *Metrópoles*. 09 de Abril de 2021

⁸⁹ REGUEIRA, Chico. Vans ilegais são cerca de 80% da frota do Rio e denúncias citam apoio político. *G1*. 26 de Agosto de 2021

complementares o outro mercado ainda mais lucrativo: a atividade imobiliária. Essa novidade é estudada na pesquisa “A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados” organizado pelo Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da UFF e o Observatório das Metrôpoles da UFRJ:

Se nas pesquisas pioneiras sobre milícias (Burgos, 2002; Zaluar e Conceição, 2007; Cano, 2008 e Cano e Duarte, 2012) as análises centraram-se sobre os mercados de proteção e as práticas de extorsão exercidas por esses grupos, mais recentemente, as atividades imobiliárias legais e ilegais têm sido apontadas por reportagens do jornalismo investigativo como uma das principais – senão a principal – fonte de renda das milícias. Silva, Fernandes e Braga (2008) já haviam assinalado que o crescimento das milícias estava intimamente relacionado ao processo de expansão da fronteira urbano-imobiliária na zona oeste da cidade e municípios da região metropolitana, onde a grilagem de terras e a formação de novos loteamentos é frequentemente coordenada por esses grupos armados. Mais recentemente, pesquisas qualitativas, concluídas e em andamento, têm assinalado a participação de milicianos nos mercados de construção, venda e aluguel de imóveis e no cadastramento e administração condominial de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) (Araújo Silva, 2017; Petti, 2020).⁹⁰

Ou seja, a atuação dessas organizações também começa desenvolver um urbanismo miliciano próprio que cria uma alteração na própria malha urbana por meio de apropriação ilegal de terras públicas e seu loteamento, construção em massa de edifícios, corretagem e operações financeiras de crédito informal⁹¹, além da própria grilagem de terras destinadas à preservação ambiental.

Esse negócio, além de ser especialmente lucrativo, também permitiu maior referência das organizações milicianas sobre o território que ocupam. A tomada especialmente de edifícios construídos pela Minha Casa, Minha Vida, em diversas regiões, em especial da Zona Oeste, faz com que seja possível expandir a atuação milicianas sobre a região, visto que permite também que os outros serviços, como água e taxas de proteção sejam impostos aos moradores⁹². A atuação mais ostensiva da milícia faz também com que expulsões de moradores, seja por não pagamento de dívidas feitas por meio da agiotagem

⁹⁰ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. 2020. p. 18

⁹¹ Benmergui e Gonçalves, 2019. O texto publicado na NACLA report on the Americas encontra-se disponível no site do Dicionário de Favelas Marielle Franco, no qual não é possível distinguir número de páginas. Ver: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Urbanismo_Miliciano_in_Rio_de_Janeiro#Urbanismo_Miliciano

⁹² GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. 2020. p. 24.

ou às vezes até mesmo por utilização discriminada da força, sejam outra forma de lucrar com os apartamentos que posteriormente eram revendidos ou alugados.

A prefeitura que antes da chegada da milícia na região poderia exercer determinadas funções tem seu papel substituído pelas próprias organizações criminosas. Serviços como limpeza, zeladoria, portaria, ou até mesmo salva-vidas, passam à mão dos novos gerentes do espaço, com suas respectivas taxas. Essa transição geralmente é combinada com os próprios agentes da prefeitura, que continuam em contato com os milicianos a partir de relações próprias entre eles estabelecidas.⁹³

A expansão da malha urbana a partir da milícia não, porém, somente dos programas do Governo, mas também da própria ação dessas organizações de construções, geralmente irregulares, que façam crescer suas comunidades. Muitas comunidades onde a milícia está no comando crescem e se tornam mais verticalizadas por conta desses empreendimentos⁹⁴. As construções levantadas buscam ter espaço para caber o máximo de apartamento e pessoas possíveis, mas muitas vezes a custos da segurança dos moradores. O desabamento de prédios não é incomum, como ocorrido em Muzema em 2019, onde um prédio construído por milicianos matou 24 pessoas ao desabar de forma inesperada.⁹⁵

A grilagem também tem um papel fundamental em todo o empreendimento imobiliário miliciano. Ele também coloca outro desafio, porque para existir precisa se utilizar de meios pouco discretos, utilizando de maquinário pesado tanto para o desmatamento mas para a construção de novos edifícios em espaços públicos, de preservação ambiental ou de propriedade de outras pessoas. Nisso, também há uma necessidade de uma relação direta e um aval informal das próprias prefeituras, visto que são iniciativas que não são possíveis de serem feitas de forma escondidas do poder público e necessariamente este precisaria optar por não intervir nelas.

Nesse sentido, pode-se perceber que a milícia não somente domina o território por meio da coerção, mas cria toda uma estrutura econômica que possibilita e é parte do seu exercício de poder. Ela se torna responsável pela expansão da malha urbana das

⁹³ Ibidem, p. 25

⁹⁴ Ibidem, p. 28

⁹⁵ FERRARI, Murillo. Prédio que desabou fica perto da comunidade da Muzema, local do acidente de 2019. CNN. 3 de Junho de 2021

comunidades, a gerência da moradia de várias regiões, a garantia de serviços em tese públicos, como o transporte, e de monopolizar o acesso a certos serviços como o gás, a televisão e a internet. Isso se soma com o seu papel inicial de se colocar como garantidora de maior segurança para as pessoas e especialmente para os negócios. Por toda essa estrutura cobram taxas, que os moradores são coagidos a pagarem para poderem seguir vivendo nas comunidades.

Para que esse domínio fosse exercido de forma minimamente estável, é necessário também algum tipo de expressão mais pública que fosse capaz de representar os interesses da milícia perante a comunidade. Nisso, as associações de moradores podem assumir um papel fundamental como centro político-administrativo das comunidades que consiga atuar na prática como governo, ou como expressão mais explícita dessa relação de Estado ampliado que vão se constituindo as milícias. A pesquisa da GENI/UFF com o IPPUR/UFRJ trás um relato feito em pesquisa de campo de uma comunidade não identificada na Zona Oeste⁹⁶:

A sede da entidade foi transferida para um empreendimento de três andares no centro da favela, instalou-se um departamento jurídico que resolvia questões como direito de posse e herança, assumindo o papel de mediador judicial em detrimento dos órgãos oficiais do Estado. A associação se tornou o centro político e assistencial, atribuindo para si quase todas as tarefas de uma subprefeitura regional, como questões de limpeza, infraestrutura e segurança, além de negociar com o poder público as interferências no espaço. Foram institucionalizados impostos e cobranças como a conhecida “taxa de segurança”, além da repartição de lucros de mercados locais derivados do mercado de proteção. A máquina administrativa da entidade e seus principais dirigentes enriqueceram a partir dos recursos obtidos das taxações do comércio formal e informal, do transporte alternativo de vans, da distribuição de gás, do comércio ilegal de TV a cabo e dos percentuais pagos nas transações feitas no mercado imobiliário de aluguéis, compra e venda de propriedades.

Ou seja, o papel inicial dessas organizações de cumprir um papel de Estado ampliado no rol da segurança dada aos bairros e seus negócios, que a estrutura legal do poder público não conseguia garantir, foi se complexificando e criando novos significados para a presença desses grupos na comunidade. Novos espaços passaram a ser ocupados por

⁹⁶ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. 2020. p. 30

esses agrupamentos, tanto no sentido de empreendimentos econômicos que eram feitos diretamente por eles quanto no papel que acabavam cumprindo na ampliação da comunidade e de seu comércio. Junto a isso, essa estrutura necessária de governança também foi necessária de ser criada, ou seja, a ocupação de funções e papéis que eram esperados do Estado ocupar se amplia e dá uma nova qualidade para as milícias no Rio de Janeiro, dando outro sentido ao domínio que possuíam sobre as suas próprias regiões.

Isso, porém, dificilmente é feito por fora de uma relação cotidiana e orgânica com a própria estrutura estatal. A noção de governo ou Estado paralelo se torna insuficiente para descrever a complexidade dessa situação, visto que a presença de esferas e representantes do governo é sempre necessário para que essas organizações consigam prosperar em suas regiões.

Seja no combinado da substituição de funções da prefeitura pelos milicianos no condomínio do Minha Casa, Minha Vida, seja na permissão que é dada à grilagem, seja na não fiscalização do transporte alternativo, o não cumprimento do papel do Estado e a presença das milícias vão se dando em um sentido comum e muitas vezes diretamente combinado. A presença das milícias nessas regiões, mesmo quando não é popular entre os moradores, consegue corresponder aos interesses de grupos dominantes locais ao garantir desenvolvimentos - como a expansão da malha urbana ou a segurança do comércio - que o Estado no Rio de Janeiro não estava sendo capaz e que a própria estrutura econômica regional impedia que fossem feitas diretamente pela burguesia.

Nesse sentido, a expansão das milícias não vem ao acaso, ela é reflexo de interesses políticos, sociais e econômicos. Esse último aspecto não é menor, visto que é a partir da ocupação das milícias dessa região que é possível um novo grau de estabilidade para o desenvolvimento das relações de troca e da ampliação do capital, seja comercial, imobiliário ou de outro setor.

O Estado, portanto, nunca deixa de estar presente, mesmo que não cumpra nem seu papel legal nem seja o garantidor direto da estabilidade nas relações de trocas. Ele é presente nessas comunidades por meio da relação direta com os milicianos, aos quais terceiriza boa parte de suas funções. A atuação de vereadores e outros políticos eleitos direta ou indiretamente a favor dos interesses das milícias, a presença de policiais que ao

mesmo tempo são milicianos, as relações que as associações de moradores fazem com as subprefeituras de suas regiões, entre tantos outros exemplos são demonstrações da presença do Estado nessas regiões, mas que se dá não de forma legal, mas em um modelo que consiga, a partir da relação com a milícia, o estabelecimento de um Estado Ampliado capaz de garantir que a estrutura econômica social se desenvolva, junto com os interesses de determinados grupos dominantes, independentemente dos prejuízos e da exploração que possam causar a maioria da população.

4.4 - Consequências aos moradores nas regiões de milícia

Essa aliança entre comerciantes, milicianos, policiais e as próprias estruturas do Estado teve, portanto, efeitos no sentido de uma manutenção de um sistema mais funcional nessas regiões, ou pelo menos na impressão que causava aos moradores nesse sentido. No que tange a própria segurança patrimonial, uma pesquisa feita ainda em 2007 pelo Núcleo de Pesquisa das Violências, demonstrou que existia uma diferença no sentimento de segurança, quando se falava de crimes como assalto, entre moradores de regiões comandadas por milícias e moradores de regiões onde o tráfico dominava⁹⁷.

Segundo a pesquisa, entre os territórios das duas regiões, nas áreas dominadas por milícias somente 26,6% afirmaram ter vistos assaltos em sua vizinhança, enquanto nas regiões dominadas pelo tráfico o número subiu para 47%. Essa diferença demonstra que a lógica da milícia, diferente das regiões dominadas pelo tráfico, permite e busca uma maior coerção ao crime patrimonial, algo que vêm de sua gênese desde os grupos de extermínio.

Essa impressão de segurança vai além, porém, por consequência da relação orgânica entre os policiais e os milicianos. O número de operações feitas pela PM em regiões dominadas por essas organizações é consideravelmente menor do que nas áreas comandadas por facções, segundo os dados do Disque Denúncia analisados pelo GENI/UFF, as operações em áreas de milícia contabilizam somente 6,5% do total desse tipo de ação pela Polícia Militar⁹⁸. Essa realidade já se apresentava, ou pelo menos era percebida pelos moradores ainda em 2007, visto que na pesquisa supracitada feita pelo NPV apenas

⁹⁷ ZALUAR, Alba e SIQUEIRA, Isabel. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? São Paulo em Perspectiva. 2007. p 96

⁹⁸ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. p. 14

15% dos moradores dessas áreas diziam ter ouvido tiroteios em sua região, contrastando diretamente com os moradores de favelas onde o tráfico de drogas estava no controle, com 62%.⁹⁹

Ou seja, a organização dessa estrutura de poder, com as alianças e relações constituídas a partir dela, pôde dar um maior sentimento de “estabilidade” às regiões, especialmente no que era de interesse para os grupos de poder local. O papel das milícias enquanto Estado ampliado em gerar esse espaço para menos incertezas sobre a proteção patrimonial e as possibilidades de expansão de capital parece estar sendo, em um sentido geral, exercido. O que não significa contradições e conflitos constantes em relações como essas, como no caso da própria monopolização que esses agrupamentos fazem sobre certos produtos e de possíveis desencontros entre comerciantes e milicianos pelo pagamento da taxa.

A garantia geral da estabilidade desse sistema e dos interesses dos grupos de poderes que dele se beneficiam, porém, não significam que a presença das milícias sejam, de forma alguma, positiva para os moradores das regiões por elas dominadas. Essas organizações poderiam até ter certo apelo para parte da população pela diminuição da visibilidade da violência cotidiana que podiam trazer em seu início¹⁰⁰ - algo que seus apoiadores mais ideológicos, como a família Bolsonaro em sua trajetória sempre utilizaram como razão para considerá-las um "mal menor" -, mas os interesses que sua existência representou nunca foram os dos moradores, algo que em pouco tempo se expressaria das mais diversas formas.

A cobrança de taxas abusivas tem sido um dos principais desgastes na relação entre milicianos e os moradores. A principal forma de renda desses agrupamentos, diferente do tráfico de drogas que se financia do seu próprio comércio ilegal, é a extorsão da própria comunidade local. Essas cobranças se dão das mais diferentes formas desde taxas de segurança que eram cobradas diretamente em condomínios a partir da coação de síndicos¹⁰¹ até cobranças que eram feitas diretamente a malabaristas de sinal de trânsito para que

⁹⁹ ZALUAR e SIQUEIRA, 2007

¹⁰⁰ MANSO, 2020

¹⁰¹ Milicianos coagem síndicos e taxas passaram a ser cobradas em boletos de condomínios, diz delegada. O Dia, Rio de Janeiro. 17 de Agosto de 2021

possam se apresentar na região¹⁰².

O não pagamento dessas taxas, naturalmente, acarreta em graves retaliações para aqueles que decidem tomar esse caminho. As respostas que os milicianos dão para esse tipo de situação vão desde a destruição do patrimônio dos não-pagantes até execuções exemplares¹⁰³. Os moradores, portanto, necessariamente são obrigados a terem um gasto duplo, primeiro com os impostos governamentais e, sob ameaça, também são obrigados a pagar as taxas aos milicianos, geralmente referente a serviços que deveriam ser garantidos pelo próprio Estado.

As arbitrariedades desses agrupamentos não se encerram por aí. A rentabilidade do mercado imobiliário tem feito com que milicianos busquem formas de criar oportunidades de lucro a partir também da expulsão de moradores de suas casas. São diversos exemplos, alguns a partir de esquemas de agiotagem, mas outros simplesmente pela tomada dos milicianos de apartamentos sem justificativas maiores¹⁰⁴. Na Baixada Fluminense, por exemplo, diversos condomínios tiveram moradores expulsos pela milícia para que pudesse haver revenda, para que o local pudesse ser alugado ou para que ele fosse demolido para a construção de um prédio.¹⁰⁵

Os gastos também com os produtos monopolizados pelos milicianos entram na conta das dificuldades passadas pela população local. Isso se expressa na venda por exemplo de botijões de gás, que em diversas comunidades da Zona Oeste do Rio de Janeiro já são compradas por um preço mais alto que as próprias áreas mais ricas da cidade. Segundo um levantamento feito pela CNN, também baseado nos estudos do GENI/UFF, quem vive por essas áreas pode ser obrigado a pagar até 30% mais caro por esse produto.¹⁰⁶ Como qualquer tentativa de trazer concorrência nessas regiões é recebida com repressão, não há opção dos moradores se não se submeter a pagar preços mais altos pelo mesmo produto.

¹⁰² Do flanelinha à farmácia: milícia cobra de R\$ 10 até R\$ 500 em taxas na Zona Oeste do Rio. Extra. 18 de outubro de 2020

¹⁰³ Miliciano que executou moradores por não pagarem ‘taxa de segurança’ é preso. A Tribuna. 7 de Junho de 2021.

¹⁰⁴ GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. p. 29

¹⁰⁵ Ibidem, p. 22

¹⁰⁶ MAZZEI, Maria e JANONE, Lucas. RJ: 3,7 milhões vivem em áreas controladas por criminosos e pagam mais caro no gás. CNN. 11 de Outubro de 2021.

Junto a todo esse cenário, a estabilidade e segurança patrimonial que é garantida pelas organizações milicianas não significa necessariamente que exista maior segurança aos próprios moradores. As execuções de forma arbitrária são comuns desde a época dos grupos de extermínio, mas com a complexificação das milícias, também surgiram outros motivos para que aqueles que vivem em áreas dominadas por milicianos também pudessem sentir insegurança por suas vidas.

Um exemplo tem ocorrido logo após a morte de Ecco, um dos principais milicianos da Zona Oeste em 2021. Após ser baleado em operação policial, a ausência do chefe da milícia fez com que se iniciasse uma guerra por seu espólio entre diferentes agrupamentos. No período logo após sua morte, ou seja, entre junho e novembro de 2021, os assassinatos na região aumentaram em 33% e os desaparecimentos em 20%, em um período em que os índices de homicídios no Estado diminuíram em 6%.¹⁰⁷

Além de tudo, a necessidade que a milícia tem para conseguir garantir a eleição de seus candidatos ou apoiadores nos cargos públicos faz com que a maior parte das áreas que são dominadas por elas sejam submetidas a estruturas que buscam criar currais eleitorais próprios a partir da ameaça e da compra de votos. Não é incomum que candidatos não ligados às organizações locais sejam expulsos da região e que se crie um clima de obrigatoriedade da votação no candidato escolhido pela organização miliciana que está no controle.¹⁰⁸

Até mesmo a liberdade religiosa pode ser alvo de ameaças. A criação de uma aliança entre traficantes do Terceiro Comando Puro (TCP) e milicianos do Escritório do Crime no Complexo de Israel, onde ficam as comunidades de Vigário Geral, Parada de Lucas, Cidade Alta, Cinco Bocas e Pica-pau, demonstrou um novo modelo de aliança entre esses dois pólos criminosos que tem se baseado, inclusive na religião. Além das cobranças tradicionais da milícia e da venda de drogas no local, essas organizações também têm se constituído a partir de uma aliança com igrejas neopentecostais, atuando para perseguir praticantes de religiões afro-brasileiras.¹⁰⁹

¹⁰⁷ HERINGUER, Carolina e SOARES, Rafael. Guerra pelo espólio de Ecco causou explosão de homicídios em áreas sob influência da milícia. 26 de Dezembro de 2021.

¹⁰⁸ RITTO, Cecília. Milícias rondam a campanha eleitoral no Rio. VEJA. 24 de Setembro de 2012.

¹⁰⁹ HINZ, Kristina; BORGES, Doriam; COUTINHO, Aline e ANDRIES, Tiago Cury. A ascensão da narcomilícia neopentecostal no Brasil. Open Democracy. 5 de Maio de 2021.

Por fim, a influência e o perigo representado pelas milícias consegue ir para além dos riscos vividos pelos moradores de suas comunidades. O caso de Moïse Kabagambe, imigrante congolês que foi assassinado após cobrar seu salário atrasado de um quiosque na Barra da Tijuca e que, com sua morte, resultou por diversas manifestações do movimento negro no Brasil, tem indícios de que seja responsabilizada das milícias.¹¹⁰ A milícia, portanto, cumpre um papel também da coerção e fortalecimento da exploração do trabalho também nas regiões habitadas pela própria elite. Esse caso também demonstrou como o próprio racismo, enquanto sistema estrutural, e o genocídio da juventude negra também se conectam diretamente com a atuação dos milicianos.

Ou seja, o clima de estabilidade que pode surgir a partir da dominação da milícia sobre determinado território não significa uma melhor qualidade de vida para os moradores que nele vivem. Se criam mecanismos para a defesa de um sistema que tem favorecidos e prejudicados, dentro dos marcos de um sistema político-econômico capitalista, mas com traços que podem ser ainda mais duros para aqueles que são obrigados a conviver com essa realidade. A dupla taxação, os preços abusivos, as expulsões arbitrárias, as execuções e perseguições demonstram que existe uma grande diferença entre a garantia dos interesses dos grupos dominantes do território e a maior segurança para desenvolvimento do capital na região de uma melhor qualidade de vida a maior parte da população, que sofre as consequências dessa estrutura de poder criada por essa relação entre paramilitares, a burguesia local e o Estado.

4.5 - As milícias dentro do poder público

Por fim, a relação entre o Estado e as instituições sociais que compõe o Estado Ampliado sempre se dão de forma dialética - ou seja, ao mesmo tempo que é fundamental para existência das milícias o apoio - tácito ou explícito - e confusão com o próprio Estado, também é verdade que a partir do momento que essa relação se desenvolve, ela também passa a influenciar cada vez mais amplamente a própria estrutura estatal, seu agentes e funcionamento.

¹¹⁰Gilmar Mendes liga o assassinato de Moïse à milícia e à 'invisibilidade do controle armado'. G1. 6 de Fevereiro de 2022

A começar pela segurança pública, a ampliação das milícias permitiu que houvesse também uma nova perspectiva criada dentro de diversos Batalhões Militares. A relação da PM com o crime não se inicia com as milícias - a existência de BPMs que cobravam diretamente do tráfico uma quantia - ou “arrego” - para que não impedissem a venda de drogas nas comunidades é uma prática antiga¹¹¹. Porém, a chegada das milícias permite outra qualidade da relação da própria Política Militar com o crime organizado, tanto a partir da existência de policiais milicianos quanto, e especialmente, pela própria lógica de funcionamento e política desses próprios batalhões.

É necessário para a existência da milícia em determinado local uma relação orgânica com o Batalhão de Polícia Militar local. Por isso essa relação vai se desenvolvendo na criação de uma estrutura de poder que não só legitima a milícia localmente, mas também move e altera o funcionamento dos Batalhões Militares. Em Rio das Pedras, por exemplo, foi documentado, a partir de escutas telefônicas, a relação constante entre o 18º BPM (Jacarepaguá) e a milícia da comunidade.¹¹² O Batalhão recebia favores da organização criminosa, desde dinheiro para realizar feijoadas para seus oficiais até ingressos de show para os policiais. Em troca o BPM não só ignorava as ações da milícia, mas também apoiava de diversas formas, inclusive escoltando milicianos que pagavam um determinado preço para os policiais.

A relação porém se complexifica. Além do mapa de operações policiais demonstrarem a visível preferência do Governo do Rio de Janeiro por operações que sejam feitas na região do narcotráfico e não da milícia, também são vários casos os relatos de como na guerra entre milicianos e narcotraficantes também os próprios milicianos se utilizam do poder estatal. Em Magé, em 2020, ligações telefônicas gravadas com autorização da Justiça mostraram que a relação e os combinados feitos entre a milícia da região e o 34º BPM era fundamental para definir onde, como e quando seriam feitas as operações policiais contra o tráfico.¹¹³

Essa relação vai permitindo uma estrutura cada vez mais corrupta e de confusão

¹¹¹ MANSO, op. cit., p. 35

¹¹² SOARES, Rafael. Pedidos de PMs à milícia de Rio das Pedras vão de dinheiro para feijoada a ingressos para shows, revelam escutas telefônicas. Extra. 2 de Janeiro de 2022

¹¹³ SOARES, Rafael. Milícia influencia operações de batalhões da PM contra o tráfico em várias cidades do Rio. Extra. 6 de Dezembro de 2020.

entre os milicianos e os policiais. Os relatos vão desde milicianos que conseguiam alugar caveirões de polícia para suas disputas¹¹⁴, até a contratação por grupos milicianos de policiais na ativa para que ensinassem a atirar.¹¹⁵ Ou seja, a própria estrutura da polícia vem se tornando, em muitos casos, uma só com as organizações milicianas - existe uma confusão entre o papel e objetivos de ambos que também permeia diretamente o funcionamento dos Batalhões da Polícia Militar e dos policiais que neles atuam.

Essa alteração no funcionamento dos espaços oficiais do Estado pela relação com a milícia se dá, não só na polícia, mas em todos os graus possíveis. Seja no judiciário ou nas subprefeituras, seja na ação direta ou na ausência de medidas que deveriam ser tomadas, o próprio funcionamento do Estado toma novos rumos e perspectivas a partir da atuação que abre com os milicianos.

Essa relação, naturalmente, tem também uma das suas faces mais explícitas na relação entre milicianos e a própria política institucional. A lógica inicialmente construída entre os milicianos de Rio das Pedras e o então prefeito César Maia de troca de apoio político por garantia do poder público da permanência da existência das milícias, foi se expandindo e complexificando. Hoje não é incomum que milícias locais tenham candidatos próprios a cargos de vereança e a deputados. As investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco, por exemplo, colocaram suspeita de relação direta de quatro vereadores da Câmara do Rio de Janeiro com milícias.¹¹⁶

Em outras cidades da região metropolitana os indícios são os mesmos. Há relatos desde milicianos condenados sendo parte da campanha eleitoral de prefeitos da Baixada¹¹⁷ quanto inquéritos da polícia que conectam a milícia com o assassinato de vereadores da região.¹¹⁸ Ou seja, a influência que as milícias têm sobre a política fluminense tem se mantido e expandido desde a primeira investigação mais sistemática sobre essas relações na CPI das Milícias em 2008.

¹¹⁴ MANSO, op. cit., p. 209

¹¹⁵ Idem

¹¹⁶ RAMALHO, Sérgio e LANG, Marina. Investigação do caso Marielle expõe conexões de quatro vereadores com milícias do Rio. *The Intercept Brasil*. 22 de Junho de 2020

¹¹⁷ LUTCHESE, Bette e BOISON, Guilherme. Miliciano condenado fez campanha política para mulher do prefeito de Belford Roxo. *G1*. 08 de Janeiro de 2020

¹¹⁸ Milícia é investigada na morte de três vereadores de Duque de Caxias. *O Globo*. 14 de Outubro de 2021

Portanto, se compreende a amplitude e significado das relações entre milicianos e o Estado. Essa troca permanente significou a constituição de uma estrutura de poder que, ao mesmo tempo que beneficia interesses de determinados grupos de poder e é capaz de manter uma estabilidade das relações de trocas e da acumulação do capital, prejudica a maior parte da população submetida a esse sistema e altera qualitativamente o funcionamento do Estado na região - permitindo um desenvolvimento de uma estrutura mais explicitamente corrupta, que se confunde diretamente com interesses, e às vezes com a própria estrutura organizativa, das milícias fluminenses.

5- CONCLUSÃO

Nesse sentido, podemos compreender que as milícias têm sua história e desenvolvimento constituídos a partir da necessidade estatal de garantir uma estrutura estável para as relações econômicas e para o desenvolvimento do capital. A incapacidade do Estado de cumprir esse papel sozinho faz com que se estabeleça uma aliança entre o poder econômico local, as milícias e agentes governamentais que possibilita o desenvolvimento das milícias enquanto uma instituição social marcada pela sua função enquanto Estado ampliado.

Ou seja, ela nasceu e pôde se desenvolver porque cumpre um papel central que Pachukanis considera ser a razão de existência do Estado: a possibilidade do desenvolvimento livre das relações de troca por todo território em que exerce seu domínio, dando conseqüentemente, estabilidade para a acumulação do próprio capital.

Em todos os principais casos estudados sobre o surgimento dessas organizações é possível perceber como essa relação não se dá de forma abstrata ou indireta, mas com exemplos diretos bastante concretos. A pressão da Associação de Comerciantes do Rio de Janeiro sobre Amaury Krueel para a organização do primeiro grupo de extermínio do Estado, a conexão direta de Tenório Cavalcanti com a burguesia da Baixada e a própria Associação de Comerciantes de Duque de Caxias, ou até mesmo o papel de figuras como Nadinho de Rio das Pedras que se tornam importantes milicianos pela relação que conseguiam fazer

entre os policiais e o comércio na fundação das primeiras milícias cariocas são demonstrações de como o poder econômico buscou soluções para seus interesses e foi fundamental para que essas organizações viessem a vida e se desenvolvessem.

Em um cenário no Rio de Janeiro onde a desindustrialização se somava à falta de oportunidades de emprego, ao aumento da precarização do trabalho e à uma divisão social e regional do trabalho e onde o tráfico de drogas e o crime de forma geral se tornavam alternativas para uma parte considerável da população marginalizada, foi-se chegando a conclusão da insuficiência do Estado - em seu modo legal - para cumprir esse papel, conforme iam crescendo os índices de crimes violentos e as ameaças ao próprio capital nessas regiões.

Por isso, visto que a estrutura legal não parecia capaz de cumprir o seu papel de estabilizador, se desenvolvem essas novas relações e parcerias que permitem um rearranjo e reorganização das estruturas de poder, por meio de uma nova forma de crime organizado. As milícias surgem, portanto, não como um modelo criminoso que está à margem do Estado e da legalidade, mas como um desenvolvimento da própria estrutura estatal por outros meios.

Seus agentes na maior parte dos casos ou são ou possuem relação orgânica com os policiais e Batalhões da Polícia Militar de suas regiões. Seus acordos com políticos, ou até mesmo a eleição de membros de suas organizações para cargos no Executivo e Legislativo, demonstram uma capacidade de influência na esfera pública nos mais diferentes graus e poderes.

Sua expansão, portanto, assim como sua gênese, vai se dando a partir dessa sua relação com a própria estrutura estatal. Desde as decisões mais macro - como as escolhas de quais territórios vão haver operações policiais e quais vão seguir do jeito que estão sem nenhum tipo de atuação repressiva estatal - até as de caráter mais local - como os combinados entre as subprefeituras e os milicianos sobre quais atribuições o poder público seguirá fazendo e qual irá ceder em condomínios do Minha Casa, Minha Vida -, existe uma relação em todas as esferas, criando uma confusão entre os dois pólos. A própria influência das milícias na vida política, fenômeno que está numa crescente e que toma outra qualidade com a campanha de 2018 de Jair Bolsonaro, também contribui nesse sentido, fazendo com

que não só o Estado e os governantes sejam fundamentais e influenciam diretamente no desenvolvimento das milícias, mas que essas próprias organizações tenham cada vez mais espaço e capacidade de intervenção na estrutura legal do Estado em sua totalidade e não somente na localidade de onde vêm.

Ou seja, está estabelecida de fato uma relação entre milicianos e o poder público que faz com que se explicita o papel enquanto Estado Ampliado cumprido pela milícia, segundo o conceito gramsciano. Portanto, na necessidade que existe do Estado de criar relações orgânicas e permanentes com outras instituições sociais para conseguir exercer seu papel de conseguir manter uma determinada ordem vigente que se estruture a partir da acumulação do capital, as milícias se tornam um braço importante que corresponde a uma realidade vivida no Rio de Janeiro, mas que pode e já vem sendo replicada em outras partes do país.

Sendo assim, pode-se compreender que o papel que a milícia cumpriu em sua gênese enquanto parte do Estado Ampliado estava ligado à garantia de segurança para o livre desenvolvimento das relações de troca e da acumulação do capital em regiões onde a instabilidade social estava em crescente. Porém, que seu papel foi se ampliando e se desenvolvendo conforme sua organização foi se complexificando e suas dimensões de relações perante o Estado foram alcançando cada vez mais espaços.

Essa ampliação permitiu que as milícias não assumissem mais só o papel de segurança desse patrimônio e busca pela estabilização da violência, mas que fossem se tornando cada vez mais uma própria estrutura de governança local, sempre em relação direta com o poder público, mas aplicando as próprias regras, taxas e criando suas formas de exercer seus serviços.

É a partir dessa realidade que a milícia vai ocupando terrenos como o do transporte público, da venda de água e gás e da própria expansão urbana que é feita a partir de sua atividade imobiliária. Esse processo, porém, é sempre feito de forma combinada direta ou tacitamente com agentes públicos e criando uma relação dialética entre a ausência destes e a presença das organizações milicianas. Ou seja, a atuação das milícias não se dá de forma a criar um poder paralelo ou que esteja desconectado do Estado, mas é uma extensão contraditória dele que vai tomando uma proporção cada vez mais e que tanto tem seu

sucesso influenciado pelo governo quanto também consegue influenciar diretamente nos rumos da gestão pública.

Essa aliança entre milicianos, governantes, comerciantes e outros grupos que possuem poder econômico e político faz com que a estrutura das milícias tenha chegado na proporção que chegou em tão pouco tempo. Nessa relação permanente, a maior prejudicada é a própria população local, que acaba sofrendo dos abusos e explorações da milícia, sem ter seus direitos garantidos pela estrutura legal do Estado. Por isso são obrigados a pagar taxas, serem expulsos de seus imóveis, gastar com preços abusivos do gás, além de correrem o risco de serem perseguidos por sua aparência, opinião política ou religião.

Sendo assim, qualquer perspectiva de combate a essas organizações precisa compreender também o quão intrínseca e necessária é essa relação miliciano-estatal, não a vendo como algo casual ou partindo de determinados governantes, mas como uma questão estrutural. Assim como seria impossível a existência e desenvolvimento das milícias sem que elas pudessem, a partir dessa troca permanente, se consolidarem enquanto uma instituição que cumpre seu papel como parte de um Estado Ampliado, também não é viável pensar em seu fim sem que haja um combate que leve em conta suas múltiplas formas de se apresentar - legal ou ilegalmente.

O questionamento às milícias têm crescido nos últimos anos. As consequências de sua existência têm se tornado mais públicas, seja pela mídia ou por figuras públicas, movimentos sociais ou, quando possível, pelos próprios moradores. As novas proporções que suas influências e ações tomam, que agora chegam até o Palácio do Planalto, ao mesmo tempo que são extremamente preocupantes, também abrem espaços para que o tema, à luz do dia, possa criar novas condições para o seu combate. Essa é uma história em desenvolvimento e aberta, que depende de diversos fatores, entre eles da atuação daqueles que compreendem os perigos do crescimento desse modelo de estrutura de dominação.

6- REFERÊNCIAS

- ALVES, José Claudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história na Baixada Fluminense. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2020
- CANO, Ignácio; SENTO-SÉ, João Trajano; RIBEIRO, Eduardo. Laboratório de Análise da Violência. Mapeamento da Criminalidade na Área Metropolitana do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2004/map_crim_rio_2004.pdf
- ENGELS, Friederich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Lafonte 2012.
- FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-Imperialismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010
- GENI/UFF; IPPUR/UFRJ. A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. 2020. Disponível em <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-uso-da-forca-estatal-mercado-imobiliario-e-grupos-armados-relatorio-final/> consulta em: 11/01/2022
- HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Operações Policiais no Rio de Janeiro: Sumário Executivo. Rio de Janeiro 2020. Disponível em https://br.boell.org/sites/default/files/2019-12/boll_sumario_operacoes_policias_FINAL.pdf consulta em: 13/01/2022
- Instituto de Economia da UFRJ. Segurança Pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Diagnóstico quantitativo, 2009. Disponível em https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2009/05/1449191104_magicfields_arquivo_1_1.pdf consulta em: 08/01/2022
- LENIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (org). Dicionário Gramsciano. São Paulo: São Paulo, 2017
- MANSO, Bruno Paes. República das Milícias: Dos Esquadrões de Morte à Era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Companhia de Letras, 2012
- _____. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2021
- NETO, David Maciel de Mello. “ESQUADRÃO DA MORTE”: genealogia de uma categoria da violência. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em http://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/2014-David-Maciel-de-Mello-Neto_Esquadrão-da-Morte_Dissertacao-de-Mestrado.pdf consulta em 10/01/2022
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva de Alves. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro: Entre o Rural e o Urbano. Porto Alegre: Iluminuras, 2017.
- PACHUKANIS, Evguiéni. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980, p. 37
- RIO DE JANEIRO, Assembléia Legislativa do Estado - ALERJ. Comissão Parlamentar de Inquérito. Relatório Final CPI das Milícias

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Crise e barbárie. Crítica Marxista. São Paulo: Ed. Unesp, 2009

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnósticos e perspectivas. Niterói: Revista Econômica, 2017.

_____. A evidência da estrutura produtiva oca: O Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2015